

	SUCOL	
Fb	-f	
As		_

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DO PROJETO DE UMA PONTE SOBRE O CÓRREGO SANTA BÁRBARA E BUEIRO NO PROLONGAMENTO DA AV. TEOTÔNIO SEGURADO – REGIÃO SUL, PALMAS/TO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DESTE EDITAL, SEU TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.

# PREENCHER DE FORMA LEGÍVEL

	RETIRADA DE	EDITAL – TOMADA DE PREÇOS Nº	018/2019
RAZÃO SOCIAL			
ENDEREÇO			
CNPJ			
	NOME		
	FUNÇÃO		
	TELEFONE	FAX	
CONTATOS	E-MAIL		
CONTATOS	NOME		
	FUNÇÃO		
	TELEFONE	FAX	
	E-MAIL		
LOCAL/DATA			
		ASSINATURA	
	•	edital, no site da PREFEITURA DE PALI rada de Edital e encaminhar para o e-m	
2. A não devo	olução deste for	rmulário poderá trazer eventuais prob	olemas na comunicação da

Comissão Permanente de Licitações com a licitante, durante todas as fases do processo licitatório.



st	COL
Fla.:	
Ass.:_	

Órgão Interessado:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS			
Processo:	2019033381			
Regime Legal:	Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Federal nº 13.726/2018, Lei Complementar Federal nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, Lei Complementar Municipal nº 178/2008, Decretos Municipais nº 732/2014 e 1.031/2015.			
Tipo Licitação	MENOR PREÇO GLOBAL			
Regime de Execução	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL			
Exame ou Retirada do Edital:	Superintendência de Compras e Licitações, sito à Quadra 401 Sul, Av. Joaquim Teotônio Segurado, CJ. 01, LT. 19-A, Plano Diretor Sul, Palmas –TO, CEP 77.015-550.			
Local da Sessão:	Sala de Reuniões da Superintendência de Compras e Licitações, endereço acima.			
Data da Sessão:	15/10/2019			
Hora da Sessão:	14:00 horas (Horário de Brasília/DF)			
Informações:	Telefax (63) 3212-7243 / 7244 das 13:00 às 19:00 horas e-mail <a href="mailto:cplpalmas@gmail.com">cplpalmas@gmail.com</a>			

O MUNICÍPIO DE PALMAS, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de Tomada de Preços, para a contratação de empresa especializada em obras para confecção do projeto de uma ponte sobre o córrego Santa Bárbara e bueiro no prolongamento da Av. Teotônio Segurado – Região Sul, Palmas/TO, conforme especificações e condições constantes deste edital, seu termo de referência e anexos.



SUCOL	
Fla.:	-
Ass.:	_

		ÍNDICE	
1.	DAS DISP	OSIÇÕES PRELIMINARES	
	1.1	Do objeto	
	1.2	Dos serviços a serem desenvolvidos	
	1.3	Do local de execução dos serviços	
	1.4	Do prazo de execução dos serviços e da vigência contratual	
	1.5	Do preço de referência – PR	
	1.6	Da condução do procedimento licitatório	
2.	DO REGU	LAMENTO DE PARTICIPAÇÃO	
	2.1	Das condições de participação	
3.		UMENTOS DE HABILITAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS PROPOSTAS	
	3.1	Dos documentos de habilitação	
	3.2	Dos documentos da proposta de preços	
4.	DOS PRO	CEDIMENTOS DE ABERTURA	
	4.1	Da representação na sessão	
	4.2	Da apresentação das propostas	
	4.3	Das sessões públicas	
5.	DO JULGA	AMENTO	
	5.1	Dos critérios de julgamento	
	5.2	Da análise dos documentos de habilitação	
	5.3	Da análise da proposta de preços	
	5.4	Da classificação das proponentes	
	5.5	Dos critérios de desempate	
6.	PROCEDII	MENTOS LICITATÓRIOS	
	6.1	Dos questionamentos e informações adicionais	
	6.2	Dos recursos Administrativos	
	6.3	Da impugnação ao edital	
	6.4	Da homologação e adjudicação	
	6.5	Das sanções no procedimento licitatório	
7.	DA EXECU	JÇÃO DO CONTRATO	
	7.1	Da medição e pagamento	
	7.2	Da fiscalização	
	7.3	Das obrigações	
	7.4	Das sanções contratuais	
	7.5	Da rescisão	
	7.6	Da cessão, sub-rogação	
	7.7	Da subcontratação	
	7.8	Do reajustamento	
	7.9	Da garantia contratual	
8.	DAS DISP	OSIÇÕES FINAIS	



	UCOL
Fis.:_	
Ass.:	

# **ANEXOS**

ANEXO I	Especificações do Objeto			
ANEXO II	Termo de Referência			
ANEXO III	Minuta do Instrumento Contratual			
ANEXO IV	Modelos de Cartas			
	A – Carta de Representação			
	B – Carta de Apresentação da Proposta de Preços			
ANEXO V	Modelos de Declaração			
	A – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte			
	B – Declaração Referente ao Menor			
	C – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo			
	D – Declaração de Responsabilidade Técnica dos Serviços			
	E – Declaração de Compromisso do Profissional			
	F – Declaração de Disponibilidade de Máquinas e Equipamentos			
	G – Declaração de Conhecimento dos Serviços			
ANEXO VI	Quadros das Propostas de Preços			
	A – Planilha Orçamentária			
	B – Composição do BDI			
	C – Declaração CNAE			
	D – Cronograma Físico-Financeiro			
ANEXO VII	Elementos Instrutores			



SUCOL	
Fla.:	-
Ass.:	

# 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

# 1.1 – Do objeto

1.1.1 - O objeto desta Tomada de Preços é a contratação de empresa especializada para confecção do projeto de uma ponte sobre o córrego Santa Bárbara e bueiro nas coordenadas 10°21'08.0"S 48°19'31.6"W, no prolongamento da Av. Teotônio Segurado – Região Sul, Palmas/TO, conforme especificações e condições constantes deste edital, seu termo de referência e anexos, publicados no site www.palmas.to.gov.br.

## 1.2 - Dos serviços a serem desenvolvidos

**1.2.1** – Os serviços a serem desenvolvidos estão descritos de forma detalhada no Anexo II – Termo de Referência deste Edital e seus anexos.

## 1.3 – Do local de execução dos serviços

**1.3.1** – Os serviços serão executados no município de PALMAS – TO.

# 1.4 – Do prazo de execução dos serviços da vigência contratual, da prorrogação e alteração

- **1.4.1** O prazo de vigência contratual será de 09 (nove) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do inciso I, artigo 57 da Lei 8.666/93.
- 1.4.2 Os serviços serão iniciados após a emissão das respectivas Ordens de Serviços pela SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.
- **1.4.3** O prazo de execução, estabelecido no cronograma, é de 06 (seis) meses.
- **1.4.4** A ordem de serviço não poderá ultrapassar o prazo de vigência do contrato.

## 1.5 – Do preço de referência – PR

- 1.5.1 O Preço de Referência PR para esta Tomada de Preços é de R\$ 123.301,42 (cento e vinte e três mil trezentos e um reais e guarenta e dois centavos).
- 1.5.2 A despesa decorrente da prestação dos serviços desta licitação correrá à conta da:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	NATUREZA DESPESA	FONTE	FICHA	Subitem
15.451.1118.4462 – Elaboração de Projetos de Infraestrutura Urbana	33.90.39	0010.00.103	20190893	0500



	SUCOL
Fis.:	
Ass.	

15.451.1118.4462 – Elaboração de	33.90.39	0010.00.103	20190894	8000
Projetos de Infraestrutura Urbana	33.90.39	0010.00.103	20190094	8000

- **1.6.1** A LICITAÇÃO de que trata este Edital será julgada pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO cujos membros são designados pelo Decreto Municipal nº 1.662, de 23 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 1.773, de 14 de agosto de 2019.
- **1.6.1.1** A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar pareceres aos técnicos pertencentes a área técnica da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**, responsável pela elaboração das especificações do objeto deste edital, para se orientar na sua decisão, cabendo à CPL o julgamento e a divulgação do resultado.
- **1.6.2** A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO poderá ser assessorada tecnicamente, cabendo aos assessores emitir pareceres guando solicitados.
- **1.6.3** A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES poderá:
- a) Solicitar às licitantes, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados (a recusa em fornecer esclarecimentos e documentos e em cumprir as exigências solicitadas pela Comissão Permanente de Licitações, nos prazos por ela determinados e de acordo com os termos deste edital, poderá ensejar a desclassificação da licitante);
- b) Adotar critérios de saneamento de falhas de caráter formal e complementação de insuficiências no curso da Tomada de Precos:
- c) Prorrogar os prazos de que trata o edital, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior.
- **1.6.4** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.
- **1.6.5** A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação, ou podendo ainda, ser anulada por ilegalidade ou vício, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- **1.6.6** Na hipótese de alteração que afete de forma inequívoca a elaboração das Propostas, a CPL irá alterar a data prevista para entrega e abertura dos Documentos de Habilitação e das Propostas de Preços, prorrogando-se ou reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.
- **1.6.7** Quaisquer alterações no edital ou nas datas fixadas para a realização das sessões públicas serão divulgadas nos mesmos meios utilizados no aviso de licitação, mediante na forma do § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93.
- **1.6.8** A prática de quaisquer dos atos aqui previstos não resultará, a qualquer tempo e sob qualquer condição, no direito a ressarcimento ou indenização pelas licitantes.

Г	SUCOL	
Fi	ы	_
As	8.2	

# 2. REGULAMENTO DE PARTICIPAÇÃO

## 2.1 - Das condições de participação

- **2.1.1** Somente poderão participar da presente Tomada de Preços as empresas e instituições que tenham ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, cadastrados no órgão licitante, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.
- **2.1.1.1** Também poderão participar quaisquer interessados pertencentes ao ramo de atividade, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que, embora não cadastrados previamente neste órgão, atendam todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, desde que atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.
- **2.1.2** A participação no presente certame implica na aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste edital e de seus anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e na responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- **2.1.3** As empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil que desejarem participar do processo licitatório deverão atender a todas as exigências do Edital mediante documentos equivalentes, observado o disposto no item 3.1 deste edital, provando, ainda, que detêm autorização do Governo Federal para instalação e funcionamento no Brasil, além de observar os termos das Resoluções nº 1.025 de 30/10/2009 e nº 444 de 14/04/2000 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CONFEA; Resolução nº 444/2000 do CONFEA e do Código Civil Brasileiro.
- **2.1.4** Fica vedada a participação de licitantes consorciadas, bem como, de profissional responsável técnico em mais de uma EMPRESA:
- **2.1.5** A licitante deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados;
- **2.1.6** Não será permitida a cessão, sub-rogação do total ou partes acessórias do objeto licitado.
- **2.1.7** Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:
- a) Pessoas jurídicas cujos dirigentes ou responsáveis técnicos sejam ou tenham sido ocupantes de cargo de direção, assessoramento superior, assistência intermediária, cargo efetivo ou emprego na **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**.
- b) Estiver impedida ou temporariamente suspensa de participar em licitação ou contratar com a Administração Pública;

	SUCOL	
Fb	-f	
As		_

- c) Tiver sido declarada inidônea na administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;
- d) Incidir no estipulado no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
- e) Que estejam sob falência, concurso de credores, insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- e.1) Os interessados que estejam em recuperação judicial poderão participar desta licitação, desde que o plano de recuperação seja acolhido judicialmente;
- e.2) É aplicável às empresas em recuperação extrajudicial, com o plano de recuperação homologado judicialmente, nos moldes da empresa em recuperação judicial.
- f) Possua em seu contrato social finalidade ou objeto incompatível com o desta licitação;
- g) Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- h) Incorrer em outros impedimentos previstos em lei;
- i) Empresas reunidas em consórcio.
- **2.1.8** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<a href="www.portaldatransparencia.gov.br/ceis">www.portaldatransparencia.gov.br/ceis</a>);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php).
- c) Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União TCU;
- **2.1.8.1** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- **2.1.8.2** Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- **2.1.9** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o Licitante ou responsável pelos serviços, fornecimento e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários;
- **2.1.10** A participação no certame implica a aceitação expressa de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- **2.1.11** Cada empresa ou instituição, inclusive suas filiais ou empresas que façam parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma oferta.

	SUCOL	
Fb	-f	
As		_

**2.1.12** – O disposto nos itens anteriores não prejudica, em qualquer hipótese, o exercício do direito de impugnação de que trata este edital.

# 3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS PROPOSTAS

- 3.0.1 O certame constituir-se-á em duas fases distintas, quais sejam: Habilitação e Proposta Comercial.
- **3.0.2** Os envelopes deverão ser lacrados, opacos, indevassáveis e entregues na sessão pública de abertura do certame, conforme endereço, dia e horário especificados no preâmbulo deste Edital.
- **3.0.3** No envelope nº 01 (Documentos de Habilitação) deverá conter os documentos de qualificação exigidos.
- **3.0.4 –** No envelope nº 02 (Proposta de Preço) deverá ser apresentada em invólucro contendo os documentos de qualificação exigidos.
- **3.0.5** Os documentos poderão ser apresentados em original ou em qualquer processo de cópia perfeitamente legível, exceto em papel térmico de fax, autenticada na forma da lei ou por servidor da Prefeitura de Palmas TO, ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou pela Internet, nos casos em que o Órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar a consulta.
- **3.0.6** Nos termos do art. 3°, incisos I e II, da Lei Federal n° 13.726/2018, é dispensada a exigência de:
- a) Reconhecimento de firma, devendo o servidor da Prefeitura de Palmas TO, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do servidor, lavra sua autenticidade no próprio documento.
- b) <u>Autenticação de cópia de documento</u>, cabendo o servidor da Prefeitura de Palmas TO, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade.
- c) <u>Juntada de documento pessoal do usuário</u>, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio servidor da Prefeitura de Palmas TO.
- **3.0.7** Todos os documentos apresentados para habilitação deverão ser apresentados em nome da proponente com número do CNPJ e com o endereço respectivo.
- 3.0.8 Se a proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome. Se a proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.
- 3.0.9 As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública

	SUCOL	
Fb	ы	_
As	8.2	_

desta Tomada de Preços.

- **3.0.10** Os documentos constantes de cada envelope devem:
- a) conter rubrica em todas as folhas e assinatura na última do responsável constituído;
- b) vir preferencialmente encadernados, de modo a não conter folhas soltas, sem emendas, acréscimos, sendo numerados sequencialmente em ordem crescente, em uma via, sem borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão do conteúdo.
- 3.0.11 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e autenticados pelos respectivos consulados.
- 3.0.12 Não serão autenticados documentos na sessão da licitação.
- **3.0.12.1** As empresas que desejarem autenticar documentos, devem solicitar junto a Superintendência de Compras e Licitações com antecedência de até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão.

# 3.1 - Dos documentos de habilitação (Envelope I)

- **3.1.1** Os documentos de habilitação deverão ser apresentados, assinados por diretor(es) da proponente ou por pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida nos termos do item 3.0.6 "a"), em envelope lacrado, identificado, observando-se o item 4.2 do edital, em 1 (uma) via, digitada, em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, devendo atender às condições contidas neste edital, e sua elaboração deverá apresentar a seguinte ordem sequencial:
- a) Índice deverá, preferencialmente, constar um índice com a discriminação de cada documento com a indicação de suas respectivas folhas, obedecida a sequência das solicitações deste edital.
- b) Carta da Empresa Licitante A documentação deverá ser acompanhada por uma carta assinada por diretor(es) ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida comprovando a delegação de poderes para fazê-lo em nome da empresa, afirmando claramente:
  - b.1) estar ciente das condições da licitação;
  - b.2) que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, observando o disposto na Lei nº 8.666/93, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão Permanente de Licitação;
  - b.3) que executará os serviços de acordo com as especificações da Prefeitura Municipal de Palmas,
    da ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas e/ou de outras autorizadas pela Administração.
    b.4) que disponibilizará os recursos materiais e humanos necessários e que tomará todas as medidas para assegurar a qualidade dos serviços;

SI	UCOL
Fis.:_	
Ass.:_	

- c) Declaração de que a empresa não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menor de dezoito anos e qualquer trabalho a menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos, conforme ANEXO V B.
- d) Declaração do licitante de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente ainda da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme **ANEXO V C**.
- e) Os documentos para habilitação, sujeitos a prazo de validade, que não mencionar o respectivo prazo ou a data de vencimento, será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de expedição.
- f) o Certificado de Registro Cadastral CRC <u>emitido pela Prefeitura de Palmas TO</u>, dentro do prazo de validade, substitui os documentos dos itens 3.1.2, 3.1.3 e 3.1.4, <u>desde que os mesmos constem</u> expressamente no CRC e não estejam vencidos na data da licitação.

# 3.1.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédulas de identidade dos responsáveis legais da empresa/entidade.
- b) Certificado de Registo Cadastral, emitido por órgão público na forma da Lei nº 8.666/93;
- c) No caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI, ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.
- e) Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- f) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- g) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa nº 10, de 05/12/2013, do Departamento Nacional de Registro do Comércio DNRC.
- h) Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida (nos termos do item 3.0.6 "a"), comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação e propostas, quando estas não forem assinadas por diretor (es), com poderes estatutários para firmar compromisso.

SI	UCOL
Fis.:_	
Ass.:_	

i) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## 3.1.3 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ.
- b) Prova de inscrição no cadastro contribuinte municipal ou documento equivalente relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da proponente, na forma da lei, a saber:
- c.1) Comprovação de Regularidade com a Fazenda Federal, por meio de Certidões Conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da sede da Licitante, com validade na data da apresentação, devendo abranger a regularidade previdenciária.
- c.2) Comprovação de Regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da empresa licitante, correspondente a Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria Estadual de Fazenda, da sede da Licitante ou Certidão de Não Contribuinte, com validade na data da apresentação;
- c.3) Comprovação de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da empresa licitante, através de Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, da sede da Licitante ou Certidão de Não Contribuinte, com validade na data da apresentação;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela CEF, dentro do prazo de validade, de acordo com a Lei nº 8.036/90, art. 27, Alínea "a".
- e) Certidão de Regularidade Trabalhista emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho TST, de acordo com a Lei 12.440 de 2011.
- f) As microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
  - f.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para as microempresas e as empresas de pequeno porte, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação,

SUCOL	
Fis.:	_
Ass.:	_

pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

f.2) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

# 3.1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) As empresas/entidades deverão apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa/entidade, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
  - a.1) Para sociedades anônimas, regidas pela Lei nº 6.404/1976, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social devem ter sido, cumulativamente:
  - I Registrados e arquivados na junta comercial;
  - II Publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia;
  - III Publicados em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada também a sede da companhia.
  - a.2) Com relação as demais empresas, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicilio do licitante (ou em outro órgão equivalente), com os competentes termos de abertura e de encerramento.
  - a.3) As empresas constituídas a partir de 2018 e 2019 deverão apresentar o Balanço de Abertura, na forma da Lei;
- a.4) As empresas optantes do "SIMPLES NACIONAL" não estão dispensadas de apresentar o balanço patrimonial relativamente ao último exercício social.
- b) Apresentação de garantia de proposta, no valor de, no mínimo, 1% (um por cento) do valor estimado dos serviços, em uma das formas elencadas do item 7.9.2 deste edital (títulos da dívida pública, em espécie, carta de fiança bancária ou seguro-garantia).
  - b.1) A garantia em espécie deverá ser apresentada perante a Tesouraria da Secretaria de Finanças, a qual emitirá Termo de Recebimento da garantia, que deverá ser apresentado juntamente com toda a documentação de Habilitação.
  - b.2) Caso a licitante escolha outra espécie de garantia estipuladas no item 7.9.2 deste edital, deverá apresentar também juntamente com todos os documentos de Habilitação.
  - b.3). A garantia da proposta será devolvida a partir do 5º dia útil após a homologação do certame
  - b.4) Não será devolvida a garantia de proposta à licitante vencedora que não mantiver sua proposta perante à Administração;

Página 13 de 72

	SUCOL
Fis.:	
Ass.	

- c) Certidão negativa de falência e concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não anterior a 60 (sessenta) dias da data da licitação.
  - c.1) Nos casos em que a certidão seja positiva de recuperação, as empresas deverão apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, nos termos do art. 58 da lei 11.101/2005:
  - c.2) A empresa em recuperação judicial ou extrajudicial com o plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos para a habilitação econômico-financeira.

# 3.1.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Registro ou inscrição da empresa e dos responsáveis técnicos no conselho profissional competente da região da sede da empresa. No registro ou inscrição da empresa deverá constar a referência da atividade compatível com o serviço a ser executado.
  - a.1) A empresa ou profissional responsável técnico que apresentar certidão de registro no conselho competente com prazo de validade vencido, deverá providenciar a regularização antes da assinatura do contrato, caso seja vencedora da licitação, sob pena de desclassificação da sua proposta.
- b) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor do licitante, que comprove a realização, de maneira satisfatória, de serviços compatíveis em características com o objeto desta licitação.
- c) Possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional (is) de nível (is) superior (es), Responsável (is) Técnico(s) pela empresa, devidamente reconhecido pelo CREA.
- d) Declaração que o(s) profissional(is) apresentado(s) para fins de qualificação técnica, conforme item 3.1.5 do Edital, está(ão) disponível(eis) e deverá(ão) participar, como Responsável(eis) Técnico(s), do objeto da licitação, conforme **ANEXO V D Declaração de Responsabilidade Técnica de Serviços**;
- e) Declaração individual do(s) profissional(is) apresentado(s) como Responsável Técnico autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica, e que irá(ão) participar da execução do objeto licitado na condição de Responsável Técnico, conforme **ANEXO V E Termo de Autorização /Compromisso.**
- e) Declaração formal emitida pelo licitante que as máquinas e equipamentos adequados para a execução do objeto estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação das obras, inclusive sujeitos a vistoria do órgão contratante para sua aceitabilidade, por ocasião da contratação e sempre que necessário, conforme **ANEXO V F.**
- f) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, elaborada conforme **ANEXO V G.**

Г	SUCOL	
Fi	ы	_
As	8.2	

- g) Na contratação deverá ser comprovado o vínculo do Responsável Técnico com a empresa. A vinculação será caracterizada por uma das seguintes formas:
- i.1. Mediante a anexação de cópias autenticadas da Ficha de Registro de Empregados FRE ou da Carteira Profissional de Trabalho;
- i.2. Por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum;
- i.3. Através de ato constitutivo, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante.
- h) Para atendimento dos itens "b" e "c", será admitida a comprovação através de Atestado de Capacidade Técnica de servicos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
- i) Os atestados deverão ser emitidos pelo contratante principal dos serviços, pessoa jurídica de direito público ou privado, neles constando os contratos, nomes do contratado e contratante, discriminação dos serviços, valores e prazo de execução e o nome do profissional responsável técnico.
- j) Para comprovação exigida os licitantes deverão apresentar apenas certidões e atestados pertinentes, evitando a inclusão de documentos supérfluos, dispensáveis ou excedentes.

## 3.2 Dos documentos da proposta de preços (Envelope II)

- **3.2.1** A Proposta de Preços deverá ser apresentada, assinada por diretor(es) da proponente ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida nos termos do item 3.0.6 "a"), em envelope lacrado, identificado, observando-se o item 4.2 do edital, em uma via, datilografada ou digitada em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, contendo os elementos a seguir relacionados:
- a) Índice (preferencialmente)
- b) Carta de Apresentação da Proposta de Preços (*ANEXO IV B Carta de Apresentação de Proposta de Preços*), assinada por diretor(es) ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida nos termos do item 3.0.6 "a") em papel timbrado, identificando os serviços a que a proponente está concorrendo, o número do edital, o prazo de execução e o preço global proposto para os serviços, em algarismos arábicos e por extenso, <u>em reais</u>, esclarecendo que se refere ao mês do orçamento preestabelecido nesse edital.
- c) Valor global com a descrição do Preço Proposto, por meio do preenchimento do **ANEXO VI A**, devendo ser detalhados todos os valores unitários e globais.
- **3.2.2** A proposta de preços deverá ser apresentada em invólucro separado, sob pena de desclassificação imediata;
- **3.2.3** Validade da Proposta O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.
- 3.2.4 Os serviços serão executados no prazo de 06 (seis) meses, conforme estabelecido no

Página 15 de 72

SUCOL	
Fis.:	_
Ass.:	_

Cronograma Físico – financeiro.

- **3.2.5** Prazo para pagamento não superior a 30 (trinta) dias, após atesto da Nota Fiscal.
- **3.2.6** A apresentação da proposta implicará no pleno conhecimento e aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, não podendo haver desistência de valor ofertado, sujeitando-se o proponente às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- **3.2.7** Juntamente com a proposta comercial e sob pena de desclassificação, a licitante deverá apresentar a planilha e a composição do BDI, o Cronograma Físico-financeiro de execução, de forma a espelhar o equilíbrio do objeto ora licitado, tendo como base o cronograma físico-financeiro juntamente com os elementos instrutores, descrevendo as etapas, atividades, produtos e respectivos valores mensais.
- **3.2.8** Todas as despesas necessárias à execução do objeto como carga, transporte e descarga, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos, tarifas, emolumentos, licenças, alojamento para atendimento dos serviços, seguro em geral, bem como encargos decorrentes de fenômenos de natureza infortunística, trabalhista, responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados ao Município de Palmas e/ou terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução dos serviços, dentre outras, são de responsabilidade da proponente e devem estar incluídas na composição dos custos.
- **3.2.9** Em conformidade com a Lei nº 8.666/93 com suas alterações, as proponentes deverão apresentar suas propostas com preços em real.
- 3.2.10 As informações contidas na Proposta de Preços poderão ser mantidas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS, para formação de base de dados licitatórios.
- a) A licitante deverá apresentar as planilhas e cronograma físico financeiro em mídia (CD/DVD) juntamente com os documentos físicos.

## 4. DOS PROCEDIMENTOS DE ABERTURA

## 4.1 – Da representação na sessão

- **4.1.1** Cada proponente apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de credencial, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificarse, exibindo a carteira de identidade (nos termos do item 3.0.6 "c").
- **4.1.2** As proponentes que designarem representantes deverão fazê-lo por escrito, com firma reconhecida (nos termos do item 3.0.6 "a") e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s) (conforme última alteração contratual devidamente registrada), conferindo-lhes poderes para receber intimações e, eventualmente, interpor recursos ou desistir deles.

	SUCOL	
Fb	ы	_
As	8.2	_

- **4.1.3** A credencial de representante deverá ser apresentada na data de abertura da primeira sessão pública para recebimento dos envelopes, sendo dispensada sua reapresentação nas demais sessões desde que não altere o credenciado. A falta de sua apresentação não desqualifica o candidato, mas impede qualquer manifestação em nome do representado até a sua regularização.
- **4.1.4** As microempresas, ou empresas de pequeno porte, deverão apresentar no ato a declaração e comprovação de enquadramento em um dos regimes, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/06 e na Lei Complementar Municipal nº 178/2008, conforme **ANEXO V A**.
- **4.1.5** Cada representante somente poderá exercer a representação de uma única proponente.
- **4.1.6** Por credenciais entende-se:
- a) Procuração pública ou particular com firma reconhecida (nos termos do item 3.0.6 "a"), outorgando poderes de representação na referida licitação.
- b) Carta de Representação **ANEXO IV A**, em papel timbrado da empresa, com firma reconhecida do outorgante (nos termos do item 3.0.6 "a"), conforme o parágrafo 2º do artigo 654 do Código Civil.
- c) Caso seja o representante legal da proponente, deverá apresentar documento que comprove sua capacidade de representar a mesma (No caso de sócio, ou diretor constituído, deverá ser apresentado o contrato social)
  - c.1) Os documentos de cada Representante serão retidos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação e membros participantes e juntados ao processo licitatório.

## 4.2 – Da apresentação das propostas

- **4.2.1** Na data de **15 de outubro de 2019**, às **14:00 horas (Horário de Brasília/DF)**, as proponentes interessadas deverão comparecer na sala de Reuniões da Superintendência de Compras e Licitações, sito à Quadra 401 Sul, Av. Joaquim Teotônio Segurado, CJ. 01, LT. 19-A, Plano Diretor Sul, Palmas TO, CEP 77.015-550, para entrega dos Envelopes nº 1 (Documentos de Habilitação) e nº 2 (Proposta de Preços) e abertura dos Envelopes nº 1 e demais conforme o caso.
- **4.2.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- **4.2.3** Os Documentos de Habilitação e a Proposta de Preços deverão ser entregues na data estabelecida pelo item 4.2.1, por representante devidamente credenciado, munido dos documentos que comprovem seus poderes de representação e apresentados em envelopes lacrados, distintos e identificados em sua capa, da seguinte forma:

	UCOL
Fis.:_	
Ass.:	

## **ENVELOPE nº 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº XXX/2019 DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE NOME, TELEFONE E E-MAIL DO REPRESENTANTE CREDENCIADO

# ENVELOPE nº 2 - PROPOSTA DE PREÇOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº XXX/2019 DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE NOME, TELEFONE E E-MAIL DO REPRESENTANTE CREDENCIADO

- **4.2.4** A não entrega dos envelopes no dia, hora e local estabelecidos, equivalerá à desistência da participação na Tomada de Preços.
- **4.2.5** Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, e deverão observar as seguintes regras com relação ao idioma:
  - a) Todos os documentos que se relacionam à Tomada de Preços deverão ser apresentados em língua portuguesa e toda documentação será compreendida e interpretada de acordo com o referido vernáculo:
  - **b**) Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados;
- **4.2.6** Será admitida a entrega dos documentos por via postal, entretanto a Comissão não se responsabiliza pela inviolabilidade da proposta durante o seu trâmite, devendo o mesmo ser entregue lacrado para a Comissão de Licitação, que o manterá assim até a abertura da sessão. A Comissão também não será responsável pelo atraso da entrega e não adiará de forma alguma a abertura por essa razão. O interessado em participar que adotar este meio de entrega não poderá se manifestar no que tange aos atos ocorridos durante a Sessão, uma vez que não se credenciará para a participação.
- **4.2.7** Para efeito de padronização, os modelos constantes deste edital deverão ser obedecidos.
- **4.2.8** A proponente arcará com todos os custos relacionados com a preparação e apresentação de sua proposta. A Administração, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação, ou os resultados desta.

## 4.3 – Das sessões públicas

**4.3.1** Será realizada, primeiramente, a sessão pública para recebimento e abertura dos Envelopes nº 1 (Documentos de Habilitação) e nº 2 (Proposta de Preços). Neste caso, a Comissão Permanente de Licitação poderá suspender a reunião para análise dos documentos e realizar diligências e consultas, marcando nova data e horário para prosseguimento dos trabalhos, comunicando sua decisão às proponentes.

Página 18 de 72

	SUCOL
Fis.	
Ass.	

- **4.3.2** Havendo desistência expressa de todas as proponentes em interpor recurso quanto ao resultado da Habilitação e estando presentes os representantes de todas as proponentes, proceder-se-á imediata abertura das propostas de preços sendo as mesmas rubricadas folha a folha, pelas proponentes, na presença da Comissão Permanente de Licitação, que as autenticará com suas rubricas. O resultado do julgamento será publicado nos meios oficiais.
- **4.3.3** Caso não haja a abertura dos envelopes nº 02 na primeira sessão, a Comissão Permanente de Licitação manterá em seu poder o envelope contendo as Propostas de Preços lacrado, que deverá ser rubricado por todas as proponentes presentes na primeira sessão pública
- **4.3.4** O envelope contendo as Propostas de Preços de proponente inabilitada, não retirado pelo representante na data da abertura das demais propostas, ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitação, devidamente lacrados, à disposição da empresa durante 30 (trinta) dias corridos. Findo este prazo, sem que os mesmos sejam retirados pela concorrente inabilitada, este órgão não se responsabilizará pela guarda desses envelopes.
- **4.3.5** A sessão pública para abertura dos Envelope nº 2 será devidamente informada às proponentes pelos meios legais.
- **4.3.6** Da reunião para recebimento e abertura dos Documentos de Habilitação e da Proposta de Preços, serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas as proponentes, os documentos e as propostas apresentadas, bem como as demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e por todas as proponentes presentes.
- **4.3.7** A inversão dos documentos no interior dos envelopes, como por exemplo, a colocação da Proposta de Preços no envelope dos Documentos de Habilitação ou da Proposta de Preço, acarretará a exclusão sumária da proponente no certame.
- **4.3.8** Todas as folhas de cada uma das vias dos Documentos de Habilitação e das Propostas de Preços deverão ser rubricadas e assinadas por um representante legal da empresa.
- **4.3.9** Se na primeira etapa da licitação, nenhuma proponente tiver seus Documentos de Habilitação aceitos, ou se na segunda etapa da licitação todas as proponentes forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar às proponentes o prazo de 8 dias úteis para apresentação de nova documentação, referente à cada etapa, escoimando os vícios ou irregularidades apontadas, na forma do artigo 48, §3º da Lei nº 8.666/93.

#### 5. DO JULGAMENTO

## 5.1 – Dos critérios de julgamento

**5.1.1** A Tomada de Preços objeto desta licitação se dará pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Página **19** de **72** 

	SUCOL
Fis.	
Ass.	

- **5.1.2** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital e seus anexos; que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis; que indiquem preço igual a zero, simbólicos e/ou irrisórios e ainda, valor global e/ou preço unitário superior ao orçamento referencial.
- **5.1.3** A proponente deve examinar, cuidadosamente, todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e outras referências citadas neste edital e em seus anexos.
- **5.1.4** Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para a apresentação dos documentos, serão consideradas de responsabilidade exclusiva da proponente.
- **5.1.5** Os documentos que não atenderem às exigências estabelecidas neste edital poderão implicar na desclassificação ou inabilitação da proponente.
- **5.1.6** É facultada à Comissão Permanente de Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo administrativo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar dos envelopes.
- **5.1.7** O recebimento das propostas não implica em sua aceitação.
- **5.1.8** Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

## 5.2 - Da análise dos documentos de habilitação

- **5.2.1** A Comissão Permanente de Licitação analisará a documentação para verificar a habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal das proponentes.
- **5.2.2** A qualificação técnica da licitante poderá ser submetida à área técnica da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**, para emitir parecer, cabendo à Comissão Permanente de Licitação o julgamento final e a publicação do seu resultado.

## 5.3 - Da análise da proposta de preços

- **5.3.1** As propostas poderão ser submetidas a parecer técnico do órgão requisitante dos serviços antes do julgamento pela Comissão Permanente de Licitação.
- **5.3.2** Serão considerados inexequíveis os preços que apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e à legislação fiscal, ainda que este edital não tenha estabelecido limites mínimos.
- a) Quando solicitado, o licitante deverá demonstrar a exequibilidade de seus preços por meio de planilha detalhada de custos, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

	SUCOL	
Fb	ы	_
As	8.2	_

- **5.3.3** A contratação não poderá superar o valor de referência da PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS.
- **5.3.4** Serão desclassificadas as Propostas de Preços que:
- a) Não atenderem as exigências contidas neste Edital ou que imponham condições não previstas neste ato convocatório;
- b) Apresentem valor global superior ao estimado;
- c) Apresentarem cronograma com valores mensais superiores ao estimado, conforme cronograma físico-financeiro de execução fornecido juntamente com os elementos instrutores.
- d) Apresentarem os valores unitários superiores ao estimado pela Administração.
- **5.3.5** Não será admitida, sob pretexto algum, a introdução de modificações na Proposta de Preços, sob alegação de insuficiência de dados e informações.
- **5.3.6** Com exceção das correções feitas pela Comissão Permanente de Licitação, estritamente na forma estabelecida no item 5.3.7, não serão aceitas propostas de preços contendo borrões, emendas ou rasuras.
- **5.3.7** A Comissão Permanente de Licitação examinará as propostas, que atenderem em sua essência aos requisitos do edital, quanto a eventuais erros aritméticos, corrigindo, exclusivamente, aqueles que se enquadrarem na forma a seguir:
- a) Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;
- b) Erro no cálculo do preço unitário pela quantidade por item correspondente: será retificado mantendose a quantidade por item e o preço unitário, corrigindo-se o produto;
- c) Erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas corretas e corrigindo-se a soma.
- **5.3.8** O valor final da proposta corrigido pela Comissão Permanente de Licitações, nas formas indicadas no item 5.3.7, constituirá o valor da Proposta de Preço. Se a proponente não aceitar as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.
- **5.3.9** Não será admitido aos licitantes, nas composições de BDI ou de encargos financeiros, a inclusão de alíquotas de impostos que estejam superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária. Não deverão ser considerados os percentuais referentes ao IRPJ e CSLL.
- **5.3.10** A empresa deverá apresentar declaração que os preços unitários apresentados na proposta de preços estão contemplados sem a desoneração, em conformidade CNAE que representa a atividade de maior receita, modificando os setores a serem beneficiados com o regime de não desoneração da folha de pagamentos que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre o total da folha de pagamento pela contribuição previdenciária sobre a receita bruta, conforme modelo no **ANEXO VI C.**

## 5.4 – Da classificação das proponentes

**5.4.1** Observadas as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, será declarada vencedora do certame a proposta que obtiver **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Página 21 de 72

SUCOL	
Fis.:	_
Ass.:	_

- **5.4.2** O critério de aceitabilidade dos preços será o de compatibilidade com os preços de insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto da licitação, observados os seguintes limites:
- a) O valor global da proposta não poderá exceder ao valor estimado pela Administração, conforme planilhas orçamentárias oferecidas;
- b) Os valores unitários deverão ser menores ou iguais à mediana do SINAPI mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal.
- c) Para os itens da planilha orçamentária resultantes de composição, sem aplicação direta do código SINAPI, os valores unitários não poderão ser superiores ao estimado pela Administração.
- **5.4.3** O índice de BDI utilizado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**, sobre a verificação dos preços unitários em relação à tabela SINAPI, será realizada considerando-se o BDI de 22% (vinte e dois por cento).
- **5.4.4** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.
- **5.4.5** Erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.
- **5.4.6** As alterações de que trata este subitem serão submetidas à apreciação da Comissão, com a devida anuência de todos os licitantes.
- **5.4.7** Não será aceita reclamação posterior relativamente às propostas, sem que tenha sido devidamente registrada em ata, salvo se prevista em lei.

## 5.5 – Dos critérios de desempate

- **5.5.1** Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), que faça jus ao tratamento diferenciado, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, regulamentada pelo Decreto nº 6.204/07 e da Lei Complementar Municipal nº 178/2008.
- **5.5.2** A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas por licitantes ME/EPP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja ME/EPP.

	SUCOL
Fis.	
Ass.	

- **5.5.3** As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.
- **5.5.4** A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras deste Edital, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da intimação do licitante.
- **5.5.5** Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.
- **5.5.6** Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.
- **5.5.7** Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP assumirá a posição de primeira colocada no certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, permanecerá a classificação inicial.
- **5.5.8** Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3°, § 2° da Lei n° 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- a) Produzidos no País:
- b) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- d) Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou reabilitado da previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- **5.5.9** Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

## 6. DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

## 6.1 – Dos questionamentos e informações adicionais

**6.1.1** As pessoas físicas ou jurídicas poderão formular questionamento sobre o edital diretamente no endereço da Superintendência de Compras e Licitações, sito à Quadra 401 Sul, Av. Joaquim Teotônio Segurado, CJ. 01, LT. 19-A, Plano Diretor Sul, Palmas –TO, CEP 77.015-550, respeitado o horário das 13:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta, ou via e-mail indicado no preâmbulo deste edital, no prazo

Página 23 de 72

	SUCOL
Fis.	
Ass.	

máximo de até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista no item 4.2.1, devendo constar do questionamento a identificação da empresa e formas de contato.

- **6.1.2** Os esclarecimentos que venham a ser solicitados serão respondidos por e-mail ou diretamente ao interessado que realizou o questionamento.
- **6.1.3** Todas e quaisquer informações adicionais divulgadas pela Comissão Permanente de Licitação serão consideradas como documento inerente e complementar a este edital de licitação.

#### 6.2 – Dos recursos administrativos

- **6.2.1** Dos atos decorrentes das decisões da Comissão Permanente de Licitação, caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação, no Diário Oficial, do respectivo julgamento, ou no caso do artigo 109, § 1º de Lei nº 8.666/93, imediatamente após a lavratura da respectiva ata.
- 6.2.2 Os recursos administrativos deverão ser obrigatoriamente protocolados junto à Superintendência de Compras e Licitações ou encaminhados via e-mail devidamente digitados e assinados pelo representante legal da licitante, acompanhado de documento que comprove a representação.
- **6.2.3** Interposto o recurso, será comunicado às demais proponentes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- **6.2.4** O recurso será dirigido ao presidente da Comissão Permanente de Licitação que poderá reconsiderar sua decisão, ou encaminhá-lo, devidamente fundamentado, a autoridade superior para ser apreciado e julgado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que o recurso for encaminhado.
- **6.2.5** Nenhum prazo de recurso se iniciará, ou correrá, sem que os autos do processo estejam com vista franqueada às proponentes interessadas.

## 6.3 – Da impugnação ao edital

- **6.3.1** A impugnação dos termos do edital se efetivará em conformidade com o artigo 41 da Lei nº 8.666/93, devendo ser protocolada junto à Superintendência de Compras e Licitações ou encaminhada via e-mail (cplpalmas@gmail.com) dirigida ao presidente da Comissão Permanente de Licitação, devidamente digitada e assinada, nos seguintes prazos:
- a) Por qualquer cidadão, em até 5 (cinco) dias úteis antes da data estabelecida para a abertura dos envelopes de habilitação. Deverá juntar cópia do documento de identidade ou outro equivalente;
- b) Pela licitante, em até 2 (dois) dias úteis antes da data estabelecida para a abertura dos envelopes de habilitação, deverá ser juntado cópia do contrato social que comprove que a empresa tenha atividade compatível com o objeto licitado.

SUCOL	
Fls.:	-
Ass.:	

**6.3.2** – A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório.

# 6.4 - Da homologação e adjudicação

- **6.4.1** Após decididos os recursos eventualmente interpostos, o objeto da licitação será adjudicado ao vencedor pela Comissão Permanente de Licitação, e o processo submetido ao ordenador de despesas para fins de expedição do ato de homologação do resultado.
- **6.4.2** Homologado o procedimento administrativo licitatório, a licitante será convocada para a celebração do contrato.

## 6.5 – Das sanções no procedimento licitatório

- **6.5.1** Caso a licitante deixe de atender alguma das exigências durante a fase de licitação, poderão ser aplicadas às seguintes penalidades:
- **6.5.1 ADVERTÊNCIA**: É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante descumprir qualquer obrigação, e será expedido pela Superintendência de Compras e Licitações.
- **6.5.2** <u>MULTA</u>: É a sanção pecuniária no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da licitação, que será imposta à Licitante, pela Superintendência de Compras e Licitações nos seguintes casos:
- a) Quando a licitante não mantiver sua proposta após a fase habilitação;
- b) Em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, após decorrido 5 (cinco) dias.
- **6.5.2.1** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto na Lei nº 8.666/93.
- **6.5.3 SUSPENSÃO**: Da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em função da natureza e da gravidade da falta cometida;

Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

- a) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- b) Receber qualquer das multas previstas no subitem 6.5.2 e não efetuar o pagamento;
- c) Recusar-se a assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.
- **6.5.3.1** A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Município, do Estado e da União.
- **6.5.4** Em todos os casos sempre será observado o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

st	COL
Fla.:	
Ass.:_	

# 7. DO CONTRATO

- **7.0.1** Após homologação do certame e publicação do resultado final, o contratante convocará o contratado para assinatura do instrumento contratual relativo ao objeto, devendo comparecer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da notificação, prorrogável por até igual período quando solicitado justificadamente pelo interessado.
- **7.0.2** Não havendo o comparecimento da proponente vencedora no prazo estipulado para assinatura do contrato, a Comissão Permanente de Licitação poderá convidar sucessivamente as proponentes que lhe seguirem por ordem de classificação, sem prejuízo de outras medidas que possa tomar em relação à proponente faltosa, conforme artigo 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.
- 7.0.3 O contrato será firmado conforme minuta constante no ANEXO III.
- **7.0.4** Quando notificado antes da efetiva conclusão do objeto a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual, conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, mediante justificativa técnica por parte do ordenador da despesa.
- **7.0.5** Aplicar-se-á no que couber, na execução contratual, as disposições contidas nos arts. 54 a 87 da Lei nº 8.666/93.

## 7.1 – Da medição e pagamento

**7.1.1** – Os serviços executados serão medidos e pagos conforme Cronograma Físico-financeiro e demais condições constantes no *Anexo III – Minuta do Instrumento Contratual*. Os preços serão os constantes da Proposta de Preços aprovada.

## 7.2 - Da fiscalização

**7.2.1** – Os serviços objeto dessa licitação, quando contratados, serão fiscalizados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS** ou por prepostos, credenciados junto à licitante contratada, observando-se as disposições contidas no *Anexo III* – *Minuta do Instrumento Contratual*.

## 7.3 - Das obrigações

**7.3.1** – As obrigações contratuais encontram-se descritas no *Anexo III – Minuta do Instrumento Contratual*.

## 7.4 - Das sanções contratuais

SUCOL	
Fla.:	-
Ass.:	_

**7.4.1** – As sanções contratuais encontram-se descritas nos *Anexo II – Termo de Referência* e *Anexo III – Minuta do Instrumento Contratual*.

#### 7.5 - Da rescisão

**7.5.1** – O contrato resultante da presente licitação poderá ser rescindido, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, observando-se as disposições do *Anexo III – Minuta do Instrumento Contratual*.

## 7.6 - Da cessão, sub-rogação

7.6.1 – Não será permitida a cessão, sub-rogação do total ou partes acessórias do objeto licitado.

# 7.7 - Da subcontratação

- 7.7.1 Mediante prévia autorização da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte dos serviços, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.
- **7.7.2** No caso de subcontratação, esta será autorizada em casos excepcionais e abrangerá somente até 30% (trinta por cento) dos serviços, e não deverá recair sobre parcelas de maior relevância nem de valor significativo do contrato, observados os termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a subcontratada às mesmas condições de habilitação exigidas no certame, às responsabilidades contratuais e às legais, até o limite da subcontratação.
- **7.7.3** As licitantes poderão subcontratar até 30% (trinta por cento) do valor licitado para as microempresas ME e empresa de pequeno porte EPP, nos termo do art. 48, II da Lei Complementar 123/2006 c/c art. 7°, I do Decreto n° 8.538, de 2015.

# 7.8 – Do reajustamento

**7.8.1** – Os preços contratuais serão fixos e irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano e, ultrapassado este limite, serão reajustados para mais ou para menos a partir da data da apresentação da proposta pelo índice de reajuste da Fundação Getúlio Vargas, específico do ramo de **OBRAS RODOVIÁRIAS**, ou outro índice que venha a substituí-lo, conforme disposições constantes do item no *Anexo II* – *Termo de Referência* e *Anexo III* – *Minuta do Instrumento Contratual*, de acordo com a seguinte fórmula:

 $R = [(Im - Io) / Io] \times P$ , onde:

**R** = valor do reajustamento procurado;

Im = índice relativo ao da data do adimplemento da obrigação;

Página 27 de 72

	SUCOL	
Fb	-f	
As		_

**lo** = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes à data fixada para entrega da proposta da licitação;

P = preço unitário contratado.

**7.8.2** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0.00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 7.9 - Da garantia contratual

- **7.9.1** No ato da assinatura do contrato, deverá o contratado apresentar garantia de execução, perante a Tesouraria da Secretaria de Finanças, na forma de caução, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- **7.9.2** Observadas as orientações contidas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, a caução mencionada no item anterior poderá ser efetuada mediante:
- a) **Títulos da dívida pública**, os quais não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade e intransferibilidade, e deverão ser do tipo nominativo endossável;
- b) **Em espécie**, perante a Tesouraria da Secretaria de Finanças;
- c) Carta de fiança bancária;
- d) **Seguro-garantia** em apólice nominal ao Município de Palmas.
- **7.9.3** Os licitantes classificados na forma do § 2° do art. 48 da Lei 8.666/93 ficam obrigados à prestação da garantia adicional.
- **7.9.4** Os Títulos da Dívida Pública somente serão aceitos se a proponente apresentar prova de que o mesmo foi escriturado no Sistema Centralizado de Liquidação e Custódia SELIC, e seu valor econômico será aquele certificado pelo Ministério da Fazenda, conforme art. 61 da Lei Complementar 101/2000.

	SUCOL
Fis.	
Ass.	

- **7.9.5** No caso de Fiança Bancária, esta deverá ser, a critério do contratado, fornecida por um banco localizado no Brasil.
- **7.9.6** No caso da opção pelo Seguro-Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome da contratante, cobrindo o risco de quebra do contrato.
- **7.9.7** Em qualquer caso, a garantia deverá ter um prazo suficiente para a execução da obra, sendo que a contratada deverá estar sempre atenta à data de seu vencimento para a renovação tempestiva.
- **7.9.8** A garantia prestada pela proponente vencedora será restituída ou liberada em até 10 (dez) dias consecutivos após a conclusão final dos serviços, objeto deste Edital, mediante a apresentação do termo de recebimento definitivo.
- **7.9.9** O resgate de caução de garantia de execução do contrato, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação do termo de recebimento definitivo do objeto licitado, fornecido pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**, observadas as disposições contratuais

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **8.1** A simples apresentação de documentação não envolve qualquer compromisso de contratação por parte do Município de Palmas, importando, entretanto, irrestrita e irretratável aceitação das condições de qualificação e dos termos deste edital.
- **8.2** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- **8.3** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- **8.4** As propostas lacradas das empresas desclassificadas que permanecerem em poder da Comissão serão destruídas em 30 (trinta) dias a contar da data de homologação do certame.
- **8.5** As normas que disciplinam esta Tomada de Preços serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- **8.6** Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF.
- **8.7** O presente edital e suas exigências técnicas foram elaborados em conformidade com a documentação constante na fase interna do Processo nº 2019033381 devidamente aprovada pelas autoridades competentes.

Página 29 de 72



	SUCOL	
Fis.		
Ass.:		

**8.8** – O Instrumento Convocatório e seus Anexos poderão ser retirados na **Superintendência de Compras e Licitações**, sito à Quadra 401 Sul, Av. Joaquim Teotônio Segurado, CJ. 01, LT. 19-A, Plano Diretor Sul, Palmas –TO, CEP 77.015-550, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 13:00 às 19:00 ou no site do Município de Palmas, no endereço <a href="http://www.palmas.to.gov.br/">http://www.palmas.to.gov.br/</a>, e portaldatransparencia.palmas.to.gov.br/licitações

Palmas, 23 de setembro de 2019.

## **GIOVANE NEVES COSTA**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



	UCOL
Fis.:_	
Ass.:	

# **ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

Item	Unid	Qtde	Especificações	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
01	un	01	Contratação de Empresa Especializada na Confecção do Projeto de uma Ponte sob Córrego Santa Barbara e Bueiro nas coordenadas 10°21'08.0"S 48°19'31.6"W, no prolongamento da Avenida da Teotônio Segurado – Região Sul, em Palmas/TO.	101.066,74	101.066,74
	•	1	SUB-TOTAL		101.066,74
			BDI 22%		22.234,68
			TOTAL		123.301,42

VALOR ESTIMADO POR EXTENSO: CENTO E VINTE E TRÊS MIL TREZENTOS E UM REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS

	SUCOL	
Fis.	4	_
Ass		_

## ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Data: 14/06/2019 Nº: 032/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.

# SOLICITAÇÃO DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS / TERMO DE REFERÊNCIA

(art. 14 da Lei nº 8666/93)

## Identificação do demandante:

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Gabinete do Secretário: Antonio Trabulsi Sobrinho

# 2. Objeto: TOMADA DE PREÇOS

O presente objeto visa à Contratação de Empresa Especializada em Confecção do Projeto de uma Ponte sobre o Córrego Santa Barbara e do Projeto do Bueiro nas coordenadas 10°21'08.0"S 48°19'31.6"W, no prolongamento da Avenida da Teotônio Segurado – Região Sul, em Palmas/TO.

#### 3. Recursos Vinculados.

## 4. Justificativa da aquisição ou contratação.

O Município de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, está localizado na Região Norte do país e faz parte da área sob a atuação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, ocupando uma área de aproximadamente 2.051,93 Km², possui sua área urbana localizada entre as margens do Lago da Usina Hidrelétrica de Lajeado - Luiz Eduardo Magalhães (a oeste) e a Serra do Carmo (a leste). O desenvolvimento da cidade de Palmas - TO não cessa. Na última década, 2000, a cidade foi a que mais cresceu em termos populacionais entre as capitais brasileiras. Sua população saltou de 137.355 hab. para 265.409 (Estimativa IBGE/2014) hab., apresentando a maior taxa de crescimento geométrico entre as Capitais, no período de 2013-2014, com 2,91%. O IDH-M, por sua vez, apresentou o valor de 0.788.

A população está basicamente distribuída em 3 (três) distritos: Buritirana, Taquaruçu (com perfil socioeconômico nitidamente rural e turístico respectivamente) e Palmas, dividida em duas regiões distintas: Palmas Centro e Palmas Sul, ambas com perfil socioeconômico nitidamente urbano, mas com grande número de chácaras de pequenos produtores em seu entorno.

Diante disso buscamos investimento para impulsionar o desenvolvimento sustentável das áreas, ainda carentes de infraestrutura otimizando sua ocupação com a implantação de mais núcleos comerciais e residenciais proporcionando à comunidade a prestação de serviços e a oferta de produtos, buscando os seguintes resultados:

- A redução no deslocamento por parte da população, promovendo o desenvolvimento regional, com abastecimento mais eficiente e rápido de mercadorias, beneficiando toda a comunidade local;
- Aumento da circulação de capital no setor de serviços e comércio de materiais para construção local com a implantação do empreendimento;

SUCOL	٦
Fls.:	-
Ass.:	

- Geração de empregos diretos e indiretos, o que aumentará o aporte de renda na economia local;
- Atender o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), faixa 1, que será implantado no Jardim Vitória I, com a construção de 500 casas;
- O aumento da comercialização de insumos e serviços na área de construção civil resultará em arrecadação de impostos para o município para garantir a continuidade de investimentos.

# 5. Previsão orçamentária e classificação da despesa.

Funcional programática	Natureza da despesa	Fonte	a	Sub-ítem
15.451.1118.4462 – Elaboração de Projetos de Infraestrutura Urbana	33.90.39	0010.00.103	20190893	0500
15.451.1118.4462 – Elaboração de Projetos de Infraestrutura Urbana	33.90.39	0010.00.103	20190894	8000

- 6. Quantificação e especificações técnicas Conforme Anexo I Especificação do Objeto
- 7. Valor estimado/cotação.

Total - R\$ 123.301,42 (cento e vinte e três mil trezentos e um reais e quarenta e dois centavos)

8. Prazo para a: Entrega/Execução e Condições Gerais.

06 (seis) meses.

9. Local de Entrega/Realização/Instalação.

Município de Palmas.

## 10. Especificação Técnica

As dimensões inicialmente previstas para ponte conforme croqui em anexo:

#### Ponte Sul/Norte

• Largura da pista: 14,00 m

• Largura da calçada e ciclovia: 4,00 m

#### Ponte Norte/Sul

Largura da pista: 14,00 mLargura da calçada: 1,50 m

# Largura Canteiro Central: 30,00 m

Constituirá o presente, os documentos relativos aos projetos de uma Ponte sobre Córrego Santa Barbara e do Projeto do Bueiro, nas coordenadas 10°21'08.0"S 48°19'31.6"W, no prolongamento da Avenida da Teotônio Segurado, pelos seguintes volumes:

Volume 1: Estudos Geotécnicos

Volume 1 - Apresenta sondagens geotécnicas realizadas para coleta de dados para projeto, também

SUCOL	٦
Fis.r	-
Ass.:	

apresenta certificados de ensaios de insumos;

Volume 2: Estudos topográficos

Volume 2 - Apresenta levantamento topográfico realizado com a apresentação das curvas de nível e perfis topográficos da região e o cálculo do volume de corte e aterro dos encabeçamentos da ponte e do bueiro;

Volume 3: Projetos Executivo

O Volume 3 apresentará as informações relativos aos Projetos Executivo, Resumo das Soluções Propostas, Estudos realizados, Itens dos Projetos Elaborados, Quadros de Quantidades, Especificações de Serviço, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelo projeto e orçamento;

Volume 4: Memoria Descritivo

O volume 4 apresentará a memória descritiva dos Projetos Executivos elaborados, descrevendo de forma ampla e abrangente os estudos realizados e os itens de projetos executivos elaborados, bem como suas conclusões e recomendações, sendo detalhados os critérios adotados na elaboração do projeto, os procedimentos metodológicos empregados para tanto, os cálculos efetuados e as soluções para a execução das obras;

Volume 5 Memoria de Cálculo das Estruturas.

Apresenta o cálculo detalhado das estruturas projetadas;

Volume 6: Orçamento das Obras

O volume 6 - apresenta o custo de todos os serviços e obras necessárias para a execução do Projeto Executivo a que se indicando o código, quantidades e preços, tento como base a tabela do SICRO e SINAPI conforme data base atualizada. Serviços que não constarem no SICRO e SINAPI, deverá ser entregue as composições de preços unitários, com os insumos constantes no SICRO e SINAPI e Cronograma Físico-financeiro.

## Especificações dos Serviços e Metodologia.

Os elementos básicos compreenderão todas as informações necessárias para justificar a obra e definir suas características técnicas e funcionais. Incluem levantamentos topográficos (também batimetria, se necessário) e de interferências, projeto geométrico completo, dados geológicos, geotécnicos e hidrológicos, gabaritos em largura e outros condicionantes do projeto. Em alguns casos, devem ainda ser consideradas, na elaboração dos projetos, as condições de acesso à obra, características regionais e disponibilidade de materiais e mãode-obra.

O memorial descritivo e justificativo deve conter a descrição da obra e dos processos construtivos propostos, bem como a justificativa técnica, econômicos e arquitetônicos da estrutura adotada.

O memorial de cálculo deve ser iniciado com uma indicação clara do modelo estrutural adotado, com as dimensões principais, características dos materiais, condições de apoio, hipóteses de cálculo e outras informações que sejam necessárias para defini-lo. Em seguida, os cálculos destinados à determinação das solicitações e ao dimensionamento dos elementos estruturais devem ser apresentados em sequência lógica e com desenvolvimento tal que facilmente possam ser entendidos, interpretados e verificados. Os símbolos não

Página 34 de 72



SUCOL	
Fis.:	_
Ass.:	_

usuais devem ser bem definidos, as fórmulas aplicadas devem figurar antes da introdução dos valores numéricos e as referências bibliográficas devem ser bem precisas e completas. Sendo os cálculos efetuados com auxílio de computadores, devem ser fornecidas as seguintes informações:

- a) se o programa utilizado for de uso corrente no meio técnico, sua identificação;
- b) se for um programa particular ou pouco conhecido, a descrição da base teórica, com hipóteses feitas e os procedimentos matemáticos usados nos cálculos; indicação clara dos dados de entrada; relação dos resultados fornecidos pelo programa, os quais devem ser apresentados ordenadamente, com o significado de cada um, de forma que possam facilmente ser entendidos , eventualmente, verificados por processos independentes.

## 10.01 Referências normativas:

As normas relacionadas a seguir contêm disposições que, ao serem citadas neste termo, constituem prescrições para esta Norma. As edições indicadas estavam em vigor no momento desta publicação. Como toda norma está sujeita a revisão, recomenda-se àquelas que realizam acordos com base nesta verifiquem a conveniência de se usarem as edições mais recentes das normas citadas a seguir. A ABNT possui a informação das normas em vigor em um dado momento.

NBR 6118 : 2003 – Projeto de estruturas de concreto – Procedimento;

NBR 6123 : 1988 – Forças devidas ao vento em edificações – Procedimento

NBR 7188 : 1984 – Carga móvel em ponte rodoviária e passarela de pedestre –

Procedimento

NBR 7189 : 1985 – Cargas móveis para projeto estrutural de obras ferroviárias – Procedimento

NBR 8681 : 2003 - Ações e segurança nas estruturas – Procedimento

NBR 10839 – 1989 – Execução de Obras de Arte Especiais em Concreto Armado Protendido – Procedimento

NBR 12655 – 1996 – Concreto – Preparo, controle e recebimento.

NBR 08800-2003 – Projeto de Estruturas de Aço – Projeto de Revisão.

NBR 09763 – 1987 – Aços para Laminados Chapas Grossa e Barras Usados em Estruturas Fixas.I

SUCOL	
Fis.:	-
Ass.:	_

## Condições Gerais

Informamos que as composições constantes da planilha orçamentária estão balizadas com a tabela SINAPI, conforme o Art. 115 da Lei nº 11.439/2006, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2007, determina que os custos unitários de materiais e serviços de obras executadas com recursos dos orçamentos da União não poderão ser superiores a mediana daqueles constantes do SINAPI.

# Para a comprovação da Qualificação Econômico-Financeira os licitantes deverão apresentar:

Apresentação de garantia de proposta, no valor de, no mínimo, 1% (um por cento) do valor estimado dos serviços.

# Qualificação técnica

- a) Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA
   e/ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo -CAU, válida e em dia;
- Possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional (is) de nível (is) superior (es), Responsável (is) Técnico(s) pela empresa, devidamente reconhecido pelo CREA.

## Do critério de julgamento e aceitabilidade das propostas

Abertas as propostas, as mesmas serão lidas e rubricadas pela Comissão Permanente de Licitação, correndo o plenário para verificação e rubrica das licitantes presentes.

As propostas deverão ser submetidas a parecer técnico da Secretaria da Infraestrutura e Serviços Públicos, Antes do julgamento pela Comissão Permanente de Licitação.

O critério de aceitabilidade dos preços será o de compatibilidade com os preços de insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto da licitação, observados os seguintes limites:

- a) o valor global da proposta não poderá exceder ao valor estimado pela Administração, conforme planilhas orçamentárias oferecidas;
- b) os valores unitários deverão ser menores ou iguais à mediana do SINAPI -Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal (art. 125 da Lei Federal 12.309, de 09 de agosto de 2010), conforme última tabela vigente na data da abertura das propostas;
- c) para os itens da planilha orçamentária resultantes de composição, sem aplicação direta do código
   SINAPI, os valores unitários não poderão ser superiores ao estimado pela Administração.

Independentemente do índice de BDI utilizado pela empresa proponente, a verificação dos preços unitários em relação à tabela SINAPI será realizada considerando-se o **BDI de 22%** (vinte e dois por cento).

Os preços ofertados e adjudicados serão considerados fixos e irreajustáveis pelo período de um ano e, quando for o caso, serão reajustados anualmente para mais ou para menos a partir da data da apresentação da proposta, pelo índice de reajuste da Fundação Getúlio Vargas, especifico do ramo de OBRAS RODOVIÁRIAS, ou outro índice que venha a substituí-lo. Os índices de reajuste apurado terão

SUCOL	٦
Fls.:	-
Ass.:	

como teto máximo a variação do preço SINAPI.

As composições de custo dos itens de planilha com o preço proposto serão solicitadas, caso haja necessidade, no intuito de comprovação da exequibilidade.

#### Da garantia de execução

No ato da assinatura do contrato, deverá o contratado apresentar garantia de execução, perante a Tesouraria da Secretaria de Finanças, na forma de caução, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

Observadas as orientações contidas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, a caução mencionada no item anterior poderá ser efetuada mediante:

- a) títulos da dívida pública, os quais não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade e intransferibilidade,e deverão ser do tipo nominativo endossável;
- b) em espécie;
- c) carta de fiança bancária;
- d) seguro-garantia em apólice nominal à Prefeitura de Palmas.

Os licitantes classificados na forma do § 2° do art. 48 da Lei 8.666/93 ficam obrigados à prestação da garantia adicional.

Os Títulos da Dívida Pública somente serão aceitos se a proponente apresentar prova de que o mesmo foi escriturado no Sistema Centralizado de Liquidação e Custódia - SELIC, e seu valor econômico será aquele certificado pelo Ministério da Fazenda, conforme art. 61 da Lei Complementar 101/2000.

No caso de Fiança Bancária, esta deverá ser, a critério do contratado, fornecida por um banco localizado no Brasil.

No caso da opção pelo Seguro-Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome da contratante, cobrindo o risco de quebra do contrato.

A garantia prestada pela proponente vencedora será restituída ou liberada em até 10 (dez) dias consecutivos após a conclusão final dos serviços, objeto no Edital, mediante a apresentação do termo de recebimento definitivo.

O resgate de caução de garantia de execução do contrato, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação do termo de recebimento definitivo do objeto licitado, fornecido pela Secretaria da Infraestrutura e Serviços Públicos, observadas as disposições contratuais.

#### Dos participantes e das condições para a participação

Poderão participar da presente licitação, empresas do ramo pertinente ao objeto licitado, nacionais, e estrangeiras autorizadas a funcionar no País, que atenderem as condições de participação e habilitação estabelecidas no Edital.

Não será permitida a participação, de forma isolada, de empresas estrangeiras que não funcionam no Brasil.

As Licitantes estrangeiras deverão apresentar todos os documentos equivalentes à documentação exigida das Licitantes nacionais, e, adicionalmente, os seguintes:

SUCOL	
Fis.:	-
Ass.:	

 a) Procuração outorgada a representante legal no Brasil, registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, na forma do art. 32, §4.º da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### Não será admitido empresas consorciadas.

Os profissionais estrangeiros deverão fazer seus registros provisórios, em conformidade com a Resolução nº 1.007/2003, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA ou a que complementar e/ou substituir.

#### Das sanções administrativas

Pelo não cumprimento total ou parcial dos serviços, o Município poderá sujeitar a empresa adjudicatária às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) do valor global do serviço, no caso de inexecução total da obrigação;
- c) multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- d) multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- e) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e da gravidade da falta cometida;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade.

Quando o proponente não assinar o contrato, estará sujeito à multa da letra (b), e à penalidade das letras "e" e "f", além de decair o direito à execução do objeto.

As sanções administrativas poderão ser aplicadas sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e das ações penais cabíveis.

As multas aplicadas serão descontadas do pagamento devido pela Prefeitura ou, não sendo possível, deverão ser recolhidas pelo licitante em até 30 (trinta) dias, contados da intimação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial.

A aplicação das penalidades independerá de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

As penalidades serão aplicadas pelo órgão ordenador da despesa, através da Procuradoria Geral do Município, sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

O proponente será cientificado, por escrito, da penalidade aplicada, ficando com o prazo de 5 (cinco) dias úteis para, se o desejar, recorrer à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

A suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública, além das penalidades civil, penal e criminal, poderá ser também aplicada àqueles que:

- a) apresentarem declaração ou qualquer documento falso, fraudado ou cometerem fraude fiscal;
- b) aliciar demais concorrentes ou formar conluio entre interessados.

SUCOL	
Fla.:	_
Ass.:	_

#### Condições especiais

A CONTRATADA não poderá substituir profissional indicado como Responsável Técnico pelos serviços sem autorização expressa da Secretaria da Infraestrutura e Serviços Públicos.

A substituição de Responsável Técnico somente poderá ser autorizada se o novo profissional indicado comprovar ser funcionário ou sócio da empresa e detentor de Atestado de Capacidade Técnica na forma exigida no Edital da licitação.

A CONTRATADA deverá providenciar a matrícula da obra no Cadastro Especifico do INSS, na forma legal, ou justificar a dispensa da matrícula, se for o caso.

Á critério exclusivo e mediante prévia autorização da Secretaria da Infraestrutura e Serviços Públicos, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte dos serviços, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

No caso de subcontratação esta serão autorizadas exclusivamente para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte e abrangerá somente até 30% (trinta por cento) dos serviços, sujeitando-se a subcontratada às mesmas condições de habilitação exigidas no certame, às responsabilidades contratuais e às legais, até o limite da subcontratação.

A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local de execução dos serviços, para representá-lo na execução do contrato.

A CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para o CONTRATANTE e no interesse da segurança, o fornecimento de equipamentos adequados ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados.

A CONTRATANTE não pagará indenização de danos causados por qualquer agente físico da natureza. Neste caso a CONTRATADA deverá precaver-se contra esses riscos através de seguro específico ou de outra forma que julgar da sua conveniência.

Após receber 3 notificações por atraso de obra ou paralização sem justificativa legal e/ou plausível será caracterizado se for o caso "Motivo para Rescisão do Contrato", conforme os incisos III, IV e V do Art. 77 da Lei 8.666/93.

A licitação será na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO** tendo como critério de julgamento o **VALOR GLOBAL**, em regime de empreitada por preço global que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

	SUCOL
Fls.:	
Ass.	

#### **ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO N TOMADA DE P PROCESSO n	PREÇO	S Nº	/2019	
CONTRATO Q DO CERTAME			CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMAS E A EMF	PRESA VENCEDORA
no CNPJ/MF INFRAESTRU neste ato re denominado <b>C</b> , doravante n°, CPF/MF n° 8.666/1993,	sob of TURA Expressent ONTRA expressent of the contract of the	o nº 2 SERVIO tado po TANTE, ninada C , têm o te as clá	ticular e na melhor forma de direito, o <b>MUNICÍPIO</b> 24.851.511/0001-85, por meio da SECRETAR ÇOS PÚBLICOS, CNPJ/MF Nº, com sede na _ or, RG nº SSP/ _, CPF/MF, e a Empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CONTRATADA, neste ato representada, por entre si, justo e avençado o presente, observadas ausulas e condições seguintes:	IA MUNICIPAL DEPalmas/TO, no, doravante, com sede na, portador do RG
CLÁUSULA PI	RIMEIR	A – DO (	OBJETO	
projeto de un 48°19'31.6"W, da Secretaria	na pont no pro Municip	e sobre longame al de In	em por objeto contratação de empresa especializade o córrego Santa Bárbara e bueiro nas coordento da Av. Teotônio Segurado – Região Sul, Pa fraestrutura e Serviços Públicos, conforme especio de referência e anexos, de acordo com as especif	enadas 10°21'08.0"S lmas/TO, de interesse ificações e condições
projeto de un 48°19'31.6"W, da Secretaria	na pont no pro Municip	e sobre longame al de In	e o córrego Santa Bárbara e bueiro nas coordento da Av. Teotônio Segurado – Região Sul, Pa fraestrutura e Serviços Públicos, conforme especio de referência e anexos, de acordo com as especifo CNPJ:	enadas 10°21'08.0"S lmas/TO, de interesse ificações e condições icações abaixo:
projeto de un 48°19'31.6"W, da Secretaria constantes do	na pont no pro Municip	e sobre longame al de In	e o córrego Santa Bárbara e bueiro nas coordento da Av. Teotônio Segurado – Região Sul, Pa fraestrutura e Serviços Públicos, conforme espec o de referência e anexos, de acordo com as especif	enadas 10°21'08.0"S lmas/TO, de interesse ificações e condições icações abaixo:
projeto de um 48°19'31.6"W, da Secretaria constantes do EMPRESA:	na pont no pro Municip edital, s	e sobre longame al de In eu termo	e o córrego Santa Bárbara e bueiro nas coordento da Av. Teotônio Segurado – Região Sul, Pa fraestrutura e Serviços Públicos, conforme especio de referência e anexos, de acordo com as especifo CNPJ:	enadas 10°21'08.0"S lmas/TO, de interesse ificações e condições icações abaixo:

	SUCOL	
Fis.:		_
Ass.		_

1.3. Os serviços do objeto deste Contrato foram realizados por meio de procedimento licitatório, de acordo com o disposto na Lei nº. 8.666/1993, sob a modalidade Tomada de Preços, conforme Edital e Processo Administrativo acima citados.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, LOCAL DE REALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

- 2.1. A CONTRATADA deverá executar durante a vigência deste Contrato as condições e prazos de execução estabelecidos no Termo de Referência ANEXO II do Edital.
- 2.2. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo CONTRATANTE, com especial observância dos termos do instrumento da Licitação deste contrato, seus anexos e modelos, no regime de execução de empreitada por preço global.
- 2.3. A execução dos serviços deve ser realizada no Município de Palmas/TO, de acordo com o Termo de Referência, Planilha Orçamentária, Composições de custos e Cronograma Físico-financeiro, os quais integram o presente contrato, independente de transcrição, bem como a confirmação dos serviços será autorizada por meio de Ordem de Serviço expedido pela Contratante à Contratada.

#### 2.4. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- **2.4.1.** Realizar o objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos do edital da licitação, seus Anexos e sua proposta;
- **2.4.2.** Fornecer todos os materiais para o serviço, conforme especificação da proposta, e entregá-los devidamente acabado conforme Termo de Referência e seus anexos;
- 2.4.3. Reparar/corrigir/refazer as suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação dos Gestores/Fiscais de Obra/Fiscais do Contrato, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou do material empregado;
- **2.4.4.** Registrar o contrato junto ao CREA/CAU, na forma da legislação pertinente;
- **2.4.5.** Cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;
- **2.4.6.** Executar os serviços objeto do contrato, de acordo com as normas da ABNT, do Decreto-Lei nº 92.100/85 e dos fabricantes dos materiais aplicados, utilizando materiais de primeira qualidade;
- **2.4.7.** Comunicar imediatamente ao contratante, eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente;
- **2.4.8.** Fornecer todo o equipamento necessário, tais como ferramentas, maquinaria e aparelhamento adequado à execução dos serviços;
- **2.4.9.** Manter Diário de Obra atualizado à disposição da fiscalização a qualquer momento, conforme padrão indicado pela contratante;
- 2.4.10. Providenciar a remoção de entulhos e detritos acumulados no local dos serviços durante toda a execução e até o final;

SU	COL
Fis.:	
Ass.:	

- **2.4.11.** Arcar com todas as despesas decorrentes do Contrato, incluindo mão de obra, distribuição, seguros, tributos e demais encargos incidentes sobre os serviços contratados;
- 2.4.12. Assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão de obra, aparelhos e equipamentos necessários para a boa e perfeita execução dos serviços contratados;
- 2.4.13. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao contratante ou a terceiros;
- **2.4.14.** Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;
- **2.4.15.** Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
- 2.4.16. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- **2.4.17.** Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;
- **2.4.18.** Responsabilizar-se civilmente pela solidez e segurança dos serviços, bem como por eventuais vícios ocultos, pelo prazo de 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo;
- **2.4.19.** Manter durante toda a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas para a contratação, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- **2.4.20.** A CONTRATADA reconhece ao Município de Palmas (TO) o direito de, a critério deste, descontar dos pagamentos devidos o valor de multas e demais sanções pecuniárias previstas na Licitação;
- **2.4.21.** O proponente não poderá sem anuência do Município de Palmas (TO), modificar quaisquer termos especificados nesta Licitação;
- 2.4.22. A CONTRATADA é obrigada a permitir e facilitar a fiscalização ou supervisão pelo Município de Palmas (TO), da execução do serviço, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados;
- **2.4.23.** A CONTRATADA é obrigada a participar ao Município a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a execução do objeto no todo ou em parte.

#### 2.5. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- **2.5.1.** Expedir a Ordem de Serviço no prazo, máximo, de 5 (cinco) dias, contados da assinatura do contrato:
- **2.5.2.** Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;

	SUCOL	
Fis.:		_
Ass.		_

- **2.5.3.** Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;
- 2.5.4. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
- 2.5.5. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as todas as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- **2.5.6.** Manifestar-se sobre cada uma das medições dos serviços executados pela CONTRATADA;
- 2.5.7. Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, após cada medição, os serviços prestados pela CONTRATADA;
- 2.5.8. Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no item anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;
- **2.5.9.** Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
- 2.5.10. Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- **2.5.11.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- **2.5.12.** Analisar e decidir, após comunicação formal da CONTRATADA, eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente;
- 2.5.13. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços, prazos estabelecidos neste Termo de Referência e nas demais regras a ele aplicadas;
- **2.5.14.** Receber provisoriamente os serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita da CONTRATADA;
- **2.5.15.** Receber definitivamente os serviços no prazo, máximo, de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório;
- **2.5.16.** Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, PREÇOS, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

3.1. Ao final de cada período o FISCAL efetuara a medição de serviços executados e elaborado o Boletim de Medição para pagamento;

	SUCOL	
Fb	-f	
As		_

- **3.2.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;
- 3.3. Se a contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da CONTRATANTE aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos;
- **3.4.** Junto a primeira medição de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social;
- 3.5. A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados;
- **3.6.** No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a CONTRATADA regularizar o cronograma na etapa subsequente;
- 3.7. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;
- **3.8.** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de certificação da nota fiscal/fatura/recibo pelo fiscal da contratação;
- 3.9. A Nota fiscal/fatura dos serviços realizados deverá discriminar os valores referentes à mão de obra separadamente dos demais valores, para fins de conferência do recolhimento previdenciário (GPS) e do imposto municipal.
- **3.10.** Ficará expressamente estabelecido que os preços contratados incluirão todos os custos diretos e indiretos para completa execução dos serviços.
- 3.11. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual, sempre precedido de indispensável justificativa técnica, tendo como base o valor inicial do contrato de acordo com art. 65, § 1º da Lei 8.666/93, mediante celebração de termo aditivo.
- 3.12. Os preços contratuais serão fixados e irreajustáveis pelo período de um ano e, ultrapassado este limite, serão reajustados anualmente para mais ou para menos a partir da data da apresentação da proposta da CONTRATADA, pelo índice de reajuste da Fundação Getúlio Vargas, específico do ramo de OBRAS RODOVIÁRIAS ou outro índice que venha a substituí-lo. Os índices de reajuste terão como teto máximo a variação do preço SINAPI. A fórmula de reajuste a ser aplicada será a seguinte:

 $R = [(Im - Io)/Io] \times P$ , onde

**R** – Valor do reajustamento procurado;

**Im** – índice relativo a data do adimplemento da obrigação;

**lo** – índice inicial referente ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

P – Preço unitário contratado.

**3.13.** Para fins de contagem do prazo para reajuste anual, não serão computados os atrasos nos serviços por responsabilidade da CONTRATADA.

SU	COL
Fis.:	
Ass.:	

#### CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Ao concluir os serviços, a contratada deverá comunicar o fato por escrito à **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**, para seu recebimento provisório.
- 4.2. Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução dos serviços, será lavrado o Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas e irregularidades constatadas.
- 4.3. Todos os serviços em desacordo com as especificações técnicas, assim como falhas e vícios verificados no ato do recebimento, deverão ser refeitos pela CONTRATADA sem ônus para a Prefeitura.
- 4.4. Nestes casos, o preço será determinado pelo Município, e inobservância da obrigatoriedade de correção implicará na aplicação das penalidades cabíveis.
- 4.5. Sanadas as falhas e irregularidade apontadas no Termo de Recusa, a CONTRATADA efetuará novamente a comunicação de que trata o item 4.1.
- 4.6. Aprovadas as condições técnicas dos serviços, o Município fará o seu recebimento provisório.
- 4.7. Os serviços serão recebidos, provisoriamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita da CONTRATADA após a conclusão dos mesmos. Serão recebidos definitivamente no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório.
- 4.8. Verificadas quaisquer irregularidades, vícios ou falhas nos serviços, serão observadas as disposições do item 4.2 e seguintes.
- 4.9. A assinatura do Termo de Recebimento Definitivo não implica em eximir a contratada das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1. A CO	NTRATADA,	na assinatura	deste Contrato,	prestou a	a garantia	no	valor	de	R\$		
(	_), na modali	dade de		, corr	espondent	e a	5%	do ۱	valor	total	do
Contrato.											

- 5.2. A garantia contratual deve ser cumprida conforme o disposto do Edital.
- 5.3. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 5.4. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que tiver sido notificada.
- 5.4.1. Na notificação devem constar as razões da utilização da garantia, com referência ao documento em que a CONTRATADA foi cientificada das correções que deveria providenciar e do valor das mesmas.

SU	COL
Fis.:	
Ass.:	

- 5.5. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, inclusive, após a comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 30 (trinta) dias da solicitação da CONTRATADA.
- 5.5.1. Quando for oferecida garantia na modalidade de Seguro Garantia esta somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/1993, além das hipóteses previstas no Edital.
- 5.6. A garantia apresentada terá seu valor atualizado nas mesmas condições do valor contratual.
- 5.7. A CONTRATADA deverá refazer qualquer serviço defeituoso, sem ônus adicionais ao ÓRGÃO DEMANDANTE, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa, por dia de atraso, no valor de 5% sobre o preço do serviço a ser refeito.
- 5.8. A contratada deverá oferecer GARANTIA na execução dos serviços e responsabilizar-se civilmente pela solidez e segurança dos serviços, bem como por eventuais vícios ocultos, pelo prazo de 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo.
- 5.9. Caso seja refeito algum serviço devido a falhas/problemas, o prazo de garantia passa a ser contado novamente a partir do momento do aceite definitivo do novo objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa com a execução do objeto deste Contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

FUNCIONAL PROGRAMATICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	FICHA	VALOR (R\$)
	1			
•	,	•		•
, cililida cili	,, a conta	aa aotagao organich	iana copoc	inicada ricota ciadodia.
	6.2. As despesas inerente	6.2. As despesas inerentes à execução deste Co	·	6.2. As despesas inerentes à execução deste Contrato serão liquidadas através

6.3. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de

#### CLÁUSULA SETIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o CONTRATANTE poderá sujeitar a CONTRATADA às seguintes sanções:
  - a) advertência;

empenho que albergou os serviços.

Página 46 de 72

	SUCOL	
Fb	-f	
As		_

- b) multa de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- c) multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- d) multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto deste contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- e) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2(dois) anos, em função da natureza e da gravidade da falta cometida;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade.
- 7.2. As multas aplicadas serão descontadas do primeiro pagamento devido pelo CONTRATANTE, não sendo possível, deverão ser recolhidas pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias, contando da intimação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial.
- 7.3. A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.
- 7.4. As multas e penalidades serão aplicadas pela CONTRATANTE, através do Ordenador de despesa do órgão contratante, sem prejuízo das sanções cíveis cabíveis, ou de processo administrativo.
- 7.5. A CONTRATADA será cientificada, por escrito, da multa aplicada, ficando com o prazo de 05 (cinco) dias para, se o desejar, recorrer à **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**.
- 7.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n. 8.666/93, e subsidiariamente na Lei Municipal n. 1.156/2002.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 8.1. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ou bilateralmente, mas sempre atendida a conveniência administrativa no interesse do Serviço Público.
- 8.2. Os motivos para rescisão do contrato são os enumerados nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.
- 8.3. Também caberá a rescisão do contrato, mediante processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, os serviços, sem prévia autorização do CONTRATANTE.
- 8.4. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com a aplicação das penalidades previstas neste contrato e o reconhecimento dos direitos da Administração em assumir integralmente o local da realização dos serviços.
- 8.5. Em qualquer hipótese de rescisão, à CONTRATADA caberá receber o valor dos serviços executados, mais o valor das medições efetuadas para cumprimento do Contrato, proporcionalmente aos serviços realizados até a data da dissolução do contrato.

Página 47 de 72

SUCOL	
Fis.:	_
Ass.:	_

- 8.6. Ocorrendo rescisão por qualquer motivo, a CONTRATADA responderá se for o caso, por perdas e danos, cobrados administrativamente ou judicialmente.
- 8.7. Em caso algum, o CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundo do Contrato entre a mesma e seus empregados.

#### CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO

9.1. O presente Contrato fica vinculado ao processo administrativo nº 2019033381.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS

10.1. O presente instrumento, inclusive os casos omissos, regulam-se pela Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- **11.1.** O prazo de vigência contratual será de 09 (nove) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento contratual.
- **11.2.** Os serviços contratados deverão ser concluídos dentro do prazo determinado no Cronograma Físico-financeiro, de 06 (seis) meses, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços.
- **11.3.** O contrato poderá ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
- **11.4.** À CONTRATADA será facultado pedir prorrogação do prazo somente quando ocorrer interrupção dos serviços determinados por um dos seguintes atos ou fatores:
  - a) falta de elementos técnicos para o andamento dos trabalhos, quando os fornecimentos deles couberem ao CONTRATANTE;
- b) ordem escrita do titular do CONTRATANTE, para restringir ou paralisar os serviços no interesse da Administração;
- c) por motivo de força maior, tal como definido na legislação brasileira, em especial no Código Civil.
- d) quando não houver emissão de "ordem de serviço" concomitantemente com a assinatura deste contrato.
- **11.5.** Ocorrendo a Ordem de Paralisação a CONTRATADA deverá aguardar a Ordem de Reinício para retomada dos serviços.
- **11.6.** O requerimento da CONTRATADA para prorrogação deverá ser protocolado em até 10 (dez) dias, nos casos acima mencionados ou 48h (quarenta e oito horas), quando ocorrer o aludido na letra "c", todos do item 11.4, do ato, fato ou evento alegado como causa do atraso.

SU	COL
Fis.:	
Ass.:	

- **11.7.** Constatada a suspensão da execução dos serviços por motivo de força maior, o prazo estipulado no contrato deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário ao reinicio e conclusão das mesmas.
- **11.8.** Se os serviços forem paralisados por mais de 60 (sessenta) dias, por motivo de força maior, o CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato mediante comunicação por escrito à CONTRATADA.
- **11.9.** As prorrogações autorizadas serão concedidas independentemente de alteração contratual, mas sempre procedidas através de termo aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TERCEIRIZAÇÃO

**12.1.** O CONTRATANTE não se responsabilizará por contratos que a CONTRATADA venha a celebrar com terceiros, cujas obrigações serão de sua exclusiva responsabilidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS TRIBUTOS E SEGUROS

- 13.1 É da inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários, encargos sociais e trabalhistas decorrentes deste Contrato, inclusive a matrícula de serviços junto ao INSS.
- 13.2 A CONTRATADA é responsável pelo seguro de seu pessoal, das instalações de serviços e de todo o seu equipamento. É responsável também pelo seguro de responsabilidade civil incidente sobre seus bens e serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. A publicação resumida do presente Contrato nos Diário Oficial do Município, Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGISTRO

15.1 O contrato deverá ser registrado no CREA/CAU pela Contratada, de acordo com a determinação legal da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, c/c a Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- **16.1.** Reger-se-á o presente Contrato, no que for omisso pelas disposições constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e no **processo nº** 2019033381.
- **16.2.** Fica expressamente vedada a vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA- DO FORO

Página 49 de 72



	SUCOL	
Fis.		
Ass.:		

17.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da cidade de Palmas - TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E, por estarem acordo, assinam este contrato os Representantes das partes, na presença de duas testemunhas.
Data e assinatura
CONTRATANTE:
CONTRATADA:
Testemunhas:



SUCOL	
Fis.:	_
Ass.:	

## ANEXO IV A CARTA DE REPRESENTAÇÃO

de de 2019.
À PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
Ref.: Tomada de Preços nº .XXX/2019 Att.: Comissão Permanente de Licitação
O abaixo assinado, responsável legal pela empresa, vem, pela presente, informar a V.Sas., que o Sr, Carteira de Identidade nº, é a pessoa designada para representar nossa empresa na licitação acima referida, podendo assinar atas e demais documentos; apresentar impugnações e recursos; inclusive, renúncia expressa a recurso nas fases de habilitação e classificação, se for o caso; e, ainda, praticar todos os atos necessários ao desempenho da representação no referido procedimento licitatório.
Atenciosamente,
(Assinatura)



	SUCOL	
Fb	-f	
As		_

## ANEXO IV B CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Ref.: Tomada de Preços nº.XXX/2019 Att.: Comissão Permanente de Licitação
Prezados Senhores,
(Empresa), com sede na cidade de, à rua, neste ato representada por, abaixo assinado propõe à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS para o objeto discriminado no edital supramencionado, nas seguintes condições:  a) O preço proposto é de R\$
Atenciosamente,
(Assinatura)



	SUCOL	
Fis.:		_
Ass.		_

## ANEXO V A DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref. TOMADA DE PREÇOS N.º .XXX/2019.
Objeto Licitado: (descrição do objeto)
A empresa, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - ( <u>nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço</u> ), DECLARA sob as penas da Lei, com base no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que está enquadrada na definição de ( ) Microempresa ( ) Empresa de Pequeno Porte, sem nenhuma restrição de ordem legal.
Local, data e assinatura

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa



SUCOL FIS.:\_\_\_\_\_

Tomada de Preços nº018 /2019 Menor Preço

## ANEXO V B DECLARAÇÃO REFERENTE AO MENOR

			(Nome	da
Empresa),		(Endereço completo), ins	crita no CNPJ sob o	número
	, declara, sol	b as penas da lei, que cumpre inte	egralmente a norma	contida
na Constituição da Repu	ública Federativa o	do Brasil de 1988, do art. 7º, inciso	XXXIII, a saber:	
. , .	, ,	oso ou insalubre a menor de dezoit ndição de aprendiz a partir de quat		abalho
	de	de 2019.		
	(As:	sinatura do declarante)		



SUCOL Fis.:\_\_\_\_\_

Tomada de Preços nº018 /2019 Menor Preço

## ANEXO V C DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

		(Nome da Empresa), inscrita no CNPJ sob	0
número _		• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	à
•	kistem fatos impeditivos p e declarar ocorrências po	ara sua habilitação no presente processo licitatório, ciente d	
	, de	de 2019.	
	(App)	natura do doclaranto)	
	(Assi	natura do declarante)	



SUCOL	
Fis.:	_
Ass.:	_

#### **ANEXO V D**

#### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DOS SERVIÇOS

Palmas-TO,dede Ref. TOMADA DE PREÇOS N.º XXXX /2019 Proponente: (razão social da empresa propo	).	
Objeto Licitado: (descrição do objeto)		
Declaramos, sob as penalidades qualificação técnica, conforme item 3.1 do E Responsável(eis) Técnico(s), do objeto da lic	Edital, está(ão) disponível(ei	
Nome do Profissional	Formação	CREA/CAU
Declaramos estar cientes que a profissional(is) indicado(s), desde que pos comprovada.	ssuam experiência equivale	ente ou superior, devidamenté
Nome e Assinatura o	do Responsável Legal da Er	mpresa



st	COL
Fla.:	
Ass.:_	

## ANEXO V E TERMO DE AUTORIZAÇÃO/COMPROMISSO

(Assir	natura)
de	de 2019.
nº, a incluir meu nome	(nome da empresa), CNPJ na equipe técnica que se responsabilizará pela erência, bem como comprometo-me a participar da tratada.
Ref.: Edital de Tomada de Preços nº XXX/2019	



SUCOL	
Fis.:	_
Ass.:	_

#### **ANEXO V F**

#### DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Palmas-TO,deRef. TOMADA DE PREÇOS N.º xxx /2019. Proponente: (razão social da empresa prop	
Objeto Licitado: (descrição do objeto)	
equipamentos adequados à execução do perfeitas condições de uso quando da co	fins que se fizerem necessários, que as máquinas e objeto do certame em referência estarão disponíveis e em intratação das obras, inclusive sujeitos a vistoria do órgão asião da contratação e sempre que necessário.
Nome e Assinatura	do Representante Legal da Empresa



SUCOL Fis.:\_\_\_\_\_

Tomada de Preços nº018 /2019 Menor Preço

## ANEXO V G DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS

	(Nome da Empresa), inscrita no CNPJ sob o
número	, com endereço sito à, declara, sob as penalidades da lei, que
•	hanças, está familiarizada com as facilidades e recursos egião e que não alegará, <i>a posteriori</i> , desconhecimento de
, de	de 2019.
(Assi	inatura do declarante)



	SUCOL
Fis.:	
Ass.	

#### ANEXO VI - A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Palmas-TO,de	de 2019.
Ref. TOMADA DE PREÇOS N.º XXX/20	19.
Proponente: (razão social da empresa propo	onente)

Objeto Licitado: (descrição do objeto)

Item	Especificação	Und	Qtde	VLR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ТОТА	DO GUIDITEM				
IOIAI	L DO SUBITEM				
TOTAI	L DO SUBITEM				
TOTAI	L DO SUBITEM				
TOTAI	L DO SUBITEM				
VALOR GLO					

Nome, Assinatura e CREA/CAU do Profissional Responsável

Página 60 de 72



SUCOL	1
Fis.:	-
Ass.:	_

Tomada de Preços nº018/2019 Menor Preço

#### ANEXO VI B

Composição do BDI

Palmas-10,	ae	de 201	19.		
	DE PREÇOS N.º XX zão social da empresa		)		
Objeto Licitado (descrição do o					
DECLARAMO necessários par	dimento do disposto S que os Benefícios a a execução das ob espectivos percentuais	e Despesa ras constan	as Indiretas - 1	BDIs abaixo contem	plam os custos
	Parâmetro	%	Verificação	Cálculo do BDI	
	Administração Central				-
	Seguros e Garantias				
	Riscos				
	Despesas Financeiras				

Lucro

Impostos:

**COFINS** 

Impostos: (mun.)

PIS

e

**ISS** 

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa



SUCOL
Fis.:\_\_\_\_

Tomada de Preços nº018 /2019 Menor Preço

#### ANEXO VI C – Declaração CNAE

Palmas-TO,de	
contemplados com a desoneração, em conform de acordo com a Lei nº 12.844/2013, publicad 9º e o Anexo I da Lei nº 12.546/2011 e o art serem beneficiados com o regime de desoner	s unitários apresentados na proposta de preços estão nidade CNAE que representa a atividade de maior receita, a em 19 de julho de 2013, a qual alterou os artigos 7°, 8°, igo 14, da Lei nº 11.774/2008, modificando os setores a ação da folha de pagamentos que substitui a contribuição olha de pagamento pela contribuição previdenciária sobre
Nome e Assinatura d	o Representante Legal da Empre



SUCOL	1
Fis.:	-
Ass.:	_

#### ANEXO VI D Cronograma Físico-Financeiro

Palmas-TO,de	de 2019.
Ref. TOMADA DE PREÇOS N	.° XXX/2019.
Proponente: (razão social da em	presa proponente)
Objeto Licitado:	
(descrição do objeto)	

Item	Especificação	MÊS 1	-	MÊS 2	2	MÊS n		VLR TOTAL
		VLR	%	VLR	%	VLR	%	

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa



#### PREFEITURA DE PALMAS

Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL	
Fls.:	
Ass.:	

#### ANEXO VII - ELEMENTOS INSTRUTORES ANEXO VII - A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Quadra 1.212 Sul, Av. LO-27, esquina com NS-10, CEP-77.024-540, Palmas-TO Telefone: (063) 2111-0616 - E-mait: gabinete.seisp@gmail.com



#### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DO PROJETO DE UMA PONTE SOB CÓRREGO SANTA BARBARA E UM BUEIRO, NAS COORDENADAS 10°21'08.0°5 48°19'31.6°W, NO PROLONGAMENTO DA AVENIDA DA TEOTÔNIO SEGURADO - REGIÃO SUL

LOCAL: PALMAS-TO

BDI = 22%

10

SINAPI : 'Março/2019 - Desonerado

İTEM	CÓDIGO	SERVIÇOS	UN	QUANT. TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO SERVIÇO
1	COMP.	ESTUDOS GEOTÉCNICO E TOPOGRÁFICO	un	1,00	53.167,60	53.167,60
2	COMP.	PROJETO EXECUTIVO	un	1,00	45,495,90	45.495,90
3	COMP.	APROVAÇÃO DOS PROETOS	un	1,00	2.403,24	2.403,24
		TOTA	L GERAL			101.066,74
			BD( 22%	-		22.234,68
		TOTA	L GERAL			123.301,42

ROSANA RAMOS RABELLO

ANTÓNIO FELIX BARROSO DE MELO

ANTONIO TRABULSI SOBRINHO Secret, Munic, de Infraestrutura e Servicos Públicos





123 301,42

PREFEITURA DE PALMAS Superintendência de Compras e Licitações

	SUCOL	
Fls.		_
Ass.		_

#### ANEXO VII - B CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

84.884,47 55,505,00 2,831,96

\$ 8

PREÇO SERVIÇO COM BDI

SERVIÇO SEM BDI 63.167,60 45.405,90 2,400,24

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Infrestrutura e Serviços Públicos
Guadra 1.212 Sul, Av. LO-27, sequiras com NS-10, CEP: 77.024-540, Palmas-TO
Telefone: (003) 2111-0016 - E-mail: gabinele.seisp@gmail.com

0

# CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DO PROJETO DE UMA PONTE SOB CÓRREGO SANTA BARBARA E UM BUEIRO, NAS COORDENADAS 10°21'08.0°3 48°19°31.6"W, NO PROLONGAMENTO DA AVENIDA DA TEÓTÔNIO SEGURADO - REGIÃO SUL

LOCAL: PALMAS-TO

op
- Desonera
: TMarço/2019
SINAPI
BDI = 22%

R5    %    R5    R5	TEM	SERVICOS	1	1º MÊS	65	2º MÈS	10	3º Mês		4º Mês	_	S'MES	8	du oz	
19.459,34 30% 19.459,24 30% 25.840,79 40% 33.305,00 60% 22.200,00			5	22	8	88	38	96	8	2	1			0	
19.459,34 30% 18.459,34 30% 25.502,00 40% 33.303,00 60% 22.202,00 40% 33.303,00 60% 22.202,00 20.01,96 1									*	ĝ	,	82	×	2	*
un 22.202,00 40% 33.303,00 80% 22.202,00 TOTAL GERAL	-	ESTUDOS GEOTÉCNICO E TOPOGRÁFICO	5	19,459,34	30%	19,459,34	30%	25,945,79	40%						
Un 22.202,00 40% 33.303,00 60% 7	44	PROJETO EXECUTIVO	5			1	1							7	
201.86 TOTAL GENAL	e		-		Ī	1				22,202,00	40%	33.303,00	80%	22,360,00	
2,001,86		APROVAÇÃO DOS PROETOS	5			8		3			1			200	- 1
					1			-						2,931,95	
TOTAL GERAL	1														
TOTAL GERAL							1	1	1	-	1				
I DIAL GERAL		100	1												
		DIAL GE	KA				-		t	1	1	1			





Página 65 de 72



#### PREFEITURA DE PALMAS

Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL	_
Fis.r	_
Ass.:	

#### ANEXO VII - C COMPOSIÇÃO DE CUSTO





OBRAS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DO PROJETO DE UMA PONTE SOS CÓRREGO SANTA BARBARA É BUERO NAS COORDENADAS 10°21°08.0°S 48°19′31.6°W, NO PROLONGAMENTO DA AVENIDA DA TEOTÓNIO SEQURADO - REGIÃO SUL

LOCAL: PALMAS-TO

1			DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL ITEM
	ESTUDOS GEOTÉCNICO E TOPOGRÁFICO	90779	ENGENHERO CIVIL DE OBRA SÉNIOR COM ENCARGOS COMPLÉMENTARES	Nora	110,00	114,68	12.614
		-	ENGENHEIRO CIVIL DE CERA JUNIOR COM				
		90777	ENCARGOS COMPLEMENTARES	hore	110,00	73,68	8.124,6
		2356	CADISTA 1	hora	110,00	21,58	2,373
		88284	MOTORISTA DE VEICULO LEVE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hore	220,00	13,38	2.943,0
		·	VEICULO COMERCIAL LEVE - CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 700 KG COM MOTOR A GASOLINA TIPO VW-SAVEIRO	hora	220,00	18,20	4.004,0
		90781	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS - EQUIPE 1 TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	220.00	15.00	
		1000	NIVELADOR COM ENCARGOS	HOIS	220,00	15,60	3,432,0
		88288	COMPLEMENTARES	hora	220,00	10,38	2.283,8
		68253	AUXILIAR DE TOPÓGRAPO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES MOTORISTA DE VEIÍCULO LEVE COM	nom	220,00	6,97	1,973,4
		88284	ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	220,00	13.36	2.943,6
		7247	TEODOLITO C/ PRECISAO +/- 6 SEGUNDOS,	20000	120270		
		7252	INCLUSIVE TRIPE TIPO WILD T-1 OU EQUIV NIVEL OTICO C/PRECISAO +/- 0,7MM TIPO WILD	hore	220,00	2,25	495,0
		7250	TRENA EM FIBRA DE VIDRO L = 30M	hora	220,00	2.25	495,0
		177	ESTAÇÃO TOTAL COMPLETA	hora	220,00	0,27	59,4
			LABORATÓRIO DE SOLOS	MES	220,00	8,90	1.958,00 2.957,00
			PRENSA PARA ROMPIMENTO DE CBR	MES	1,00	2.957,00	
			ESTUFA ELÉTRICA 45X45X40				
		-	SOQUETE MANUAL PARA COMPACTAÇÃO CBR				
			CONJ DE PENEIRAS PARA GRANULOMETRIA				
			SENDO 1" 3/4 - 3/8 - 4 - 10 - 46 - 30 - 40 - 200				
_			40 CILINDRO ESPARGIDOR DE 2 1/2"				
		_	SOBRE CARGAS TRIPÉS P/ ENSAIOS DE ESPANSÃO				
			1 PENEIRA 314 40x40x10				
			1 PENEIRA 4 40x40x10				
			1 BALANÇA CAPACIDADE DE 1210 GR. PARA GRA	um charren			
			I BALANÇA COM CAPACIDADE DE 15 KG PARA CI				
			TÉCNICO DE LABORATORIO COM ENCARGOS	DISTACTOUR S			
		88321	COMPLEMENTARES	tione	110.00	24,28	2,870,60
			AUXILIAR DE LABORATÓRIO COM ENCARGOS	1922		27,20	2.010,00
			COMPLEMENTARES	hora	110,00	18,70	1,837,00
		1160	VEICULO COMERCIAL LEVE - CAPACIDADE DE				
			CARGA ATE 700 KG COM MOTOR A GASOLINA. h TIPO VW-SAVEIRO	ora	110,00	18,20	2.002,00
			The state of the s				53.167,60
PR	ROJETO EXECUTIV		ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM	ora	220,00	114,68	25.229,80
			NCARGOS COMPLEMENTARES	hora	110.00	73.86	8.124.60





#### PREFEITURA DE PALMAS

Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL		
Fls.:		
Ass.:		





#### COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DO PROJETO DE UMA PONTE. SOB CÓRREGO SANTA BARBARA E BUERO NAS COORDENADAS 1072108.078 48°19'31.8°W, NO PROLONGAMENTO DA AVENIDA DA TEOTÓNIO SEGURADO - REQUÃO SUL

LOCALT PALMAS - TO

ITEM	SERVIÇOS	cópiso	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTALITEM
		88284	MOTORISTA DE VEIÍCULO LEVE CON ENCARGOS COMPLEMENTARES	hore	220,00	13,38	2.943.6
		-00-00-	VEICULO COMERCIAL LEVE - CAPACIDADE DE CARGA ATE 700 KG COM MOTOR A GASOLINA TIPO VW-SAVEIRO	hora	220,00	18,20	4.004,0
		cotação	TAXA DO CREA	UNIO	1,00	226,50	226,5
		cotação	IMPRESSÃO	UMD	1,00	220,00	220.0
1							45,495,9
	APROVAÇÃO DOS PROJETOS	90777	ENGENHERO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	24.00	73,86	1.772.6
			TINTA - HP DESKJET 9800 - PRETO	UND	2.00	79,00	158.0
			TINTA - HP DESKJET 9800 - COLORIDO	UNID	2,00	99.00	198,0
-			PAPEL A4	RESMA	2,00	12.00	24,0
_			CANETAS	UND	6,00	0,65	3,90
			PRANCHETA	UND	2.00	7,40	14.80
-			DVD	UNID	10,00	0.99	9.90
			ENCADERNAÇÃO	UNID	6,00	7.00	42,00
-			PLOTAGEM A0	UNIO	30,00	5.00	180,00
			PLOTAGEM A 1	UNID	30,00	4,00	120,00
							2,463,24

ROSANA RAMOS RABELLO ENGª CIVIL

( )





SUCOL	1
Fis.:	-
Ass.:	

#### ANEXO VII - D QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE BDI



#### QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI



Regime de Desonaração da Folha de

Pagamento Conforme Lei nº 12.844/2013

Sem Desoneração

Proponente	Objeto	Municiplo/UF	
Prefeitura Municipal de Palmas	Contratação de Empresa Especializada na Confecção do Projeto de uma Ponte sob Córrego Santa Barbara e Bueiro nas coordenadas 10°21'08.0"S 48°19'31.6"W, no prolongamento da Avenida da Teotônio Segurado – Região Sul	PALMAS/TO	

ITENS		SIGLAS	VALORES
TAXA DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		AC	4,33%
TAXA DE SEGURO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO		S+G	0,32%
TAXA DE RISCO		R	0,50%
TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS		DF	1,02%
TAXA DE LUCRO		L	6,64%
TAXA DE TRIBUTOS	PIS (geralmente 0,65%)		0,66%
	COFINS (geralmente 3,00%)		3,00%
	(SS (legislação municipal)		3,50%
	CPRB (INSS)		0,00%
IDI conforme Acordão 2622/2013 -	TOU		22,00%
BDI RESULTANTE		22,00%	

FÓRMULA UTILIZADA:

()

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Declaro que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo do ISS corresponde a 70,00% do valor deste tipo de obra e, sobre esta base, incide ISS com alfquota de 5,00%

DATA: 24/04/2019

Eng® Civil CREA 7470-7/D-TO Matricula nº 16383



#### PREFEITURA DE PALMAS

Superintendência de Compras e Licitações

## SUCOL Fis.:\_\_\_\_

SEISP

#### ANEXO VII – E RELATÓRIO FOTOGRAFICO



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Quadra 1.212 Sul, Av. LO-27, esquina com NS-10, CEP: 77.024-540, Palmas-TO Telefone: (063) 2111-0616 - E-mail: gabinete.seisp@gmail.com

#### 1. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



()

1

Foto 01 - Local de execução do bueiro.

1212 Sul, LO-77 esq. own 80-10, Cautes, Pakinss. TO, Fano: 2111-0500 Orandoria: 0900 9404156 / confidencing patients to gov br





SUCOL





PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Quadra 1.212 Sul, Av. LO-27, esquina com NS-10, CEP: 77.024-540, Palmas-TO
Telefone: (063) 2111-0616 - E-mail: gabinete.seisp@gmail.com



(

Foto 01 - Local de execução de obra de arte especial sobre o Córrego Santa Bárbara.

Palmas, 15 de março de 2018.

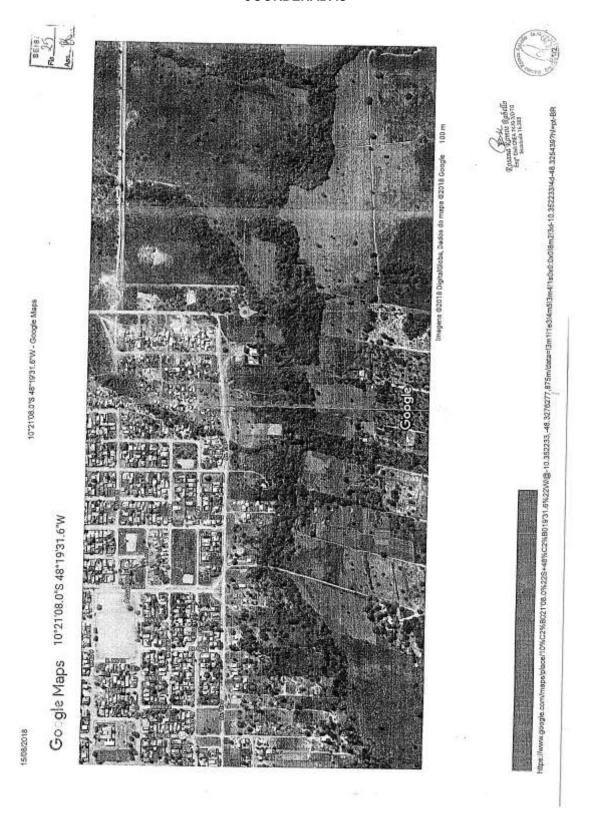
1212 Stil, LO-27 esq. som #6-10, Centra, Pakeris - TO, Fone 2111 0000 Orneltoris: 0000 64841567 asaldonin@potests to gov/br





SUCOL		
Fis.:		
Ass.:		

#### ANEXO VII – F COORDENADAS





#### PREFEITURA DE PALMAS

Superintendência de Compras e Licitações

# SUCOL

#### ANEXO VII – G CROQUI DE LOCAÇÃO DA PONTE CÓRREGO SANTA BÁRBARA

